----------**ATA N.º 275**----------

----- Aos dezassete dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte e dois, no salão da Casa da Junta, em Paradela do Vouga, reuniu a Assembleia Municipal, ordinariamente, sob a presidência de Hermínio Pedro Marques Martins, que a convocou ao abrigo do disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 30º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.--------

----------**Ordem de Trabalhos**----------

1 **Ata e Correspondência**----------
2 **Período de Antes da Ordem do Dia**----------
3 **Período da Ordem do Dia**----------
3.1 Informação Escrita do Presidente da Câmara Municipal----------
3.2 ANAM – Associação Nacional das Assembleias Municipais----------
3.3 Delimitação da Área de Reabilitação Urbana (ARU) de Cedrim e Paradela----------
3.4 Delimitação da Área de Reabilitação Urbana (ARU) de Pessegueiro do Vouga-----
3.5 Estatuto de Direito de Oposição – Relatório de 2021----------
4 **Período Destinado ao Público**----------

----- O Presidente da Assembleia Municipal declarou aberta a sessão pelas dezassete horas e doze minutos. Em nome da Assembleia Municipal, agradeceu ao senhor Presidente da Junta de Cedrim e Paradela pela cedência das instalações da freguesia de Paradela. Informou ter tomado a iniciativa de agendar a reunião para a freguesia de Paradela, um pouco na senda do que tinha sido sugerido pelo senhor Presidente da Junta de Talhadas, na última sessão em Pessegueiro do Vouga, sendo que, em conferência de líderes, tinham acordado fazer o circuito pelas várias freguesias de forma a descentralizar o papel da Assembleia Municipal. De seguida, solicitou à segunda secretária para proceder à chamada e verificar se havia quórum.----------

----- Depois de realizada a chamada, constatou-se a presença dos membros:----------

- Alexandre Manuel Tavares Rocha----------
- Alexandre Miguel Coutinho Tavares----------
- Ana Maria Veloso Martins da Silva----------
- António Augusto Macedo de Cruz----------
- António Carlos Bivar Branco e Penha Monteiro----------
- António Fernando da Silva Dias----------
- David da Silva Alves----------
- Diana Clara Bastos Rodrigues de Paiva----------
- Fernando Pereira Rodrigues----------
- Hermínio Pedro Marques Martins----------
- Isabel Maria Martins Tavares----------
- João Rodrigues Oliveira----------
- Jorge Manuel Henriques da Graça----------
- José Carlos Ribeiro de Sousa----------
- José Pedro de Bastos Costa Lemos----------
- Júlio Martins Fernandes----------
- Luís Filipe Tavares da Silva Pedro----------
- Maria Amaral Martins Pereira----------
- Patrícia Sofia Martins Santos----------
- Paulo Alexandre Pereira Henriques Lourenço----------
- Renata Liliana da Costa Marques----------
- Sandra Marlene Rodrigues Pereira----------
- Sérgio Soares da Silva----------
- Tânia Filipa Fernandes Pinheiro----------

--- Foi, ainda, registada a presença dos seguintes membros que chegaram mais tarde:--------

- Almiro Silva Machado----------
- Cláudia Isabel Lopes Cruz----------
- Elga Maria do Amaral Martins da Silva----------

- Eugénio Fernando de Bastos Martins----------
--- Da Câmara Municipal foram registadas as presenças de Pedro Amadeu Fernandes Lopes Lobo, Presidente; Paulo Sérgio Martins Nogueira, Vice-Presidente; António José Martins Coutinho, Ricardo Manuel Tavares da Silva, Paula Cristina Dias Coutinho, José Manuel Barbosa de Almeida e Costa e Eliana Inês Tavares Machado, Vereadores.----------
Antes de comunicar as faltas e substituições, o **Presidente da Assembleia Municipal** disse querer deixar duas notas prévias e começou por dizer ter recebido algumas reclamações que recebeu no final da última sessão em Pessegueiro, sobre o facto de terem sido gerados alguns diálogos entre os membros da Assembleia que, de alguma forma, foram perturbando os trabalhos para algumas pessoas presentes. Referiu não se ter apercebido disso e pediu desculpa por esse facto. Apelou para que os diálogos fossem evitados entre os membros de forma a não perturbar o decurso dos trabalhos. De seguida, deu conta dos elementos que pediram substituição, a renúncia ou a suspensão, nomeadamente, Ana Rita da Costa Sousa Figueiras, do PSD, que renunciou ao seu mandato e vai ser substituída por Isabel Maria Martins Tavares que já vinha exercendo funções em face da suspensão. Ana Maria Tavares Mendes, do PS, que pediu a suspensão do mandato, por doença, por um período de seis meses e que está a ser substituída por Luís Filipe Tavares da Silva Pedro. Por fim, informou que foram registadas e consideradas justificadas as seguintes faltas e promovidas as respetivas substituições: Ana Cristina da Silva Tavares, que foi substituída por Alexandre Miguel Coutinho Tavares; Beatriz Manuel Lourenço Soares, que foi substituída por Júlio Martins Fernandes e Pedro Miguel Martins Mendes, que foi substituído por Eugénio Fernando de Bastos Martins.----------

----------**1 – Ata e Correspondência**----------

1.1 Ata: - Foi apreciada a ata n.º 273, da sessão ordinária de 25 de fevereiro de 2022, a qual foi disponibilizada em tempo aos membros para consulta e análise, pelo que se dispensou a sua leitura, e foi aprovada, por unanimidade, com vinte e três votos a favor, dos membros Alexandre Rocha, Alexandre Tavares, Ana Silva, António Cruz, António Monteiro, António Dias, David Alves, Diana Paiva, Elga Silva, Fernando Rodrigues, Hermínio Martins, João Oliveira, Jorge Graça, José Lemos, Júlio Fernandes, Luís Pedro, Maria Pereira, Patrícia Santos, Paulo Lourenço, Renata Marques, Sandra Pereira, Sérgio Soares e Tânia Pinheiro.----------

1.2 Correspondência e Informações:----------

- Encerramento do concurso de ideias "Lança o Teu Futuro", no dia 04 de maio, realizado no CAE, onde esteve presente o Presidente da Assembleia;----------
- Reunião com o senhor Secretário de Estado das Autarquias Locais, em Lisboa, no dia 09 de maio, onde o Presidente da Assembleia esteve presente a convite do Presidente da Câmara e cujo resultado considerou ser pouco animador;----------
- Jantar de encerramento da época desportiva do CRC de Rocas do Vouga, no dia 14 de maio, onde esteve presente o Presidente da Assembleia juntamente com o senhor Presidente da Câmara e os senhores vereadores Ricardo Silva e Inês Machado;----------
- Reunião com o diretor de zona do CTT, no dia 19 de maio, onde o Presidente da Assembleia esteve presente a convite do Presidente da Câmara, a propósito de queixas sobre constrangimentos e reclamações no serviço de distribuição;----------
- Reunião com o professor Rodrigo Proença de Carvalho, do Instituto Superior Técnico, no dia 23 de maio, onde participou o Presidente da Assembleia, a convite do Presidente da Câmara, a propósito do estudo das causas das cheias no Rio Vouga em 2019. O Presidente da Assembleia Municipal informou ter solicitado ao senhor Presidente da Câmara que diligenciasse por uma visita, pelo menos do grupo de trabalho, às instalações da barragem para poderem ter uma perceção mínima do funcionamento daquelas instalações;----------
- VII Festival Gastronómico da Vitela de Lafões em Vouzela, no dia 03 de junho, onde o Presidente da Assembleia esteve presente a convite do senhor Presidente da Câmara;----------

- Convite para o Mirtilo de Honra – 10º Passeio de Clássicos Terras do Vouga, dia 08 de maio, onde esteve presente o Presidente da Assembleia;----------
- Visita de uma equipa do Turismo do Centro ao concelho, no dia 16 de maio, cuja comitiva o Presidente da Assembleia integrou, dizendo considerar que a mesma será muito proveitosa para o concelho e para os agentes económicos ligados ao turismo;----
- Convite para o 46º aniversário do CDC Paradela, onde esteve presente a Segunda-Secretária em representação da mesa, no dia 08 maio, onde foi realizada uma homenagem ao fundador senhor Pedro Simão Bastos;----------
- Convite para a inauguração do relvado sintético de Talhadas, no dia 07 de maio, onde esteve presente o Presidente da Assembleia;----------
- Convite para o almoço de angariação de fundos, promovido pela Rádio N16, em Silva Escura, no dia 07 de maio, onde o Primeiro-Secretário esteve a representar a mesa;-----
- Convite do Presidente da Câmara para o 6º aniversário do Museu Municipal de Sever do Vouga, no dia 18 de maio, onde esteve presente o Presidente da Assembleia, cuja visita recomenda para quem não conhecer;----------
- Convite para uma caminhada organizada pela ADC Lourizela, no dia 15 de maio, onde estiveram presentes o Presidente da Assembleia e o Primeiro-Secretário;----------
- Convite do Presidente da Câmara para a inauguração da exposição promovida pela AdRA sobre o tema "A Importância da Água em Sever do Vouga", onde esteve presente o Presidente da Assembleia;----------
- Convite do Presidente da Câmara para a assinatura dos protocolos de apoio às Freguesias, no dia 07 de junho, onde esteve presente o Presidente da Assembleia;-------
- Convite do Presidente da Junta de Couto de Esteves para a apresentação do projeto de Aproveitamento Hidroelétrico de Lourizela, onde esteve presente o Presidente da Assembleia, no dia 08 de junho. O Presidente da Assembleia Municipal disse que, a seu ver, ficou evidente a irreversibilidade daquela obra e, por isso, dever-se-ia procurar, a todo o custo, as melhores contrapartidas para os expropriados e para as gentes da freguesia de Couto de Esteves;----------
- Convite do CLDS para a sessão de encerramento do colóquio relativo ao Dia Mundial da Consciencialização da Violência Contra a Pessoa Idosa, no dia 15 de junho, onde esteve presente o Presidente da Assembleia;----------
- Convite do Rotary Club de Sever do Vouga para uma homenagem ao Major José de Bastos Rocha, no dia 25 de junho, onde estará a Primeira-Secretária a representar a Mesa;----------
- Convite do Presidente da Câmara para uma participação na V Gala da Associação de Futebol de Aveiro, em Arouca, no dia 18 de junho, onde estará presente o Presidente da Assembleia;----------
- Convite para a inauguração do parque do passadiço na frente ribeirinha da Ribeira de Pessegueiro do Vouga, no próximo dia 23 de junho;----------
- Convite do CLDS para a inauguração da Grande Rota das Montanhas Mágicas BTT e Pedestre, em Felgueira, Vale de Cambra, no dia 01 de julho;----------
- Convite para lanche/convívio de agradecimento pela realização da campanha de angariação de fundos para o Guerreiro Afonso, em Lourizela, no dia 12 de junho, onde não foi possível estar presente ninguém da Mesa;----------
- Convite para o passeio dos funcionários do Município, no dia 11 de junho, onde não foi possível estar presente ninguém da Mesa;----------
- Ata da reunião de líderes dos grupos municipais com o auditor externo, que foi remetida aos membros atempadamente, onde ficou evidente a fragilidade das justificações apresentadas pelo senhor auditor relativamente às questões que foram evidenciadas na última Assembleia Municipal;----------
- Resposta a uma intervenção da Dr.ª Diana Paiva a solicitar documentos e informações sobre os orçamentos participativos, que foi enviada aos membros para conhecimento;--

- Foi dado conhecimento ao órgão deliberativo de um pedido, feito pelo Presidente da Junta de Couto de Esteves, para a inclusão de um ponto na Ordem de Trabalhos de hoje que não pôde ser atendido por se mostrar extemporâneo e que tinha a ver com o Aproveitamento Hidroelétrico de Lourizela;----------
- E-mail sobre os trabalhos da AdRA na E.N. 328;----------
- E-mail da APCDI sobre a ocupação de um espaço no Centro Social de Pessegueiro do Vouga;----------
- Convite para a sessão pública de apresentação do Caminho Marítimo de Santiago;------
- Pedido de cedência da sala da Junta de Freguesia, em Paradela para a realização da sessão da Assembleia Municipal de 17 de junho de 2022.----------

----------**2 – Período de Antes da Ordem do Dia**----------

----- O Presidente da Assembleia Municipal solicitou aos membros que pretendiam inscrever-se para intervir no período de antes da ordem do dia, que transmitissem essa intenção, com vista a realizar-se o registo e à chamada por ordem de inscrição ou alternada nos termos regimentais.----------

Feitas as inscrições, o **Presidente da Assembleia Municipal** deu a palavra a António Monteiro.----------

António Monteiro – Muito obrigado, senhor Presidente da Mesa, senhores membros da Assembleia Municipal, senhores Presidentes de Junta. Queria começar esta primeira intervenção por agradecer ao senhor Presidente da Junta de Freguesia de Cedrim e Paradela porque nos encontramos aqui, hoje, pela primeira vez, naquilo que é uma reunião da Assembleia Municipal descentralizada e que permite, de alguma forma, que todos estejamos mais próximos das freguesias daquilo que é o primeiro órgão da administração e que está mais junto das populações. Neste período de antes da ordem do dia, há um ponto em relação ao qual nós não podemos deixar de falar aqui, hoje, e diz respeito àquilo que são as contas do Município. A reunião que tivemos com o senhor auditor externo, com as informações, ou a falta delas, que tivemos nessa mesma reunião e que, por essa mesma razão, nos levam aqui hoje, porque são matérias que tendo um conteúdo técnico natural, porque são contas, são iminentemente matérias políticas e de responsabilidade política. Uma das questões que tivemos oportunidade de perguntar ao senhor auditor externo diz respeito àquilo que é a atual situação das contas do Município de Sever do Vouga. E em relação a essa matéria, há alguns pontos que é importante que sejam debatidos nesta Assembleia Municipal e que todos tenham conhecimento deles e possam debater sobre eles, sobre aquilo que são as responsabilidades políticas relativas a essa matéria. Primeiro ponto, aquilo que diz respeito à questão do contrato entre o Município de Sever do Vouga e a AdRA. Não vou alargar-me de forma excessiva sobre este tema, que é o tema da água, que é um tema particularmente importante aqui em Sever do Vouga, mas, se bem se recordam, nós tivemos um reparo por parte do senhor revisor oficial de contas chamando à atenção de que não estavam contemplados nas contas do Município aquilo que são os riscos financeiros desse mesmo contrato e esses riscos financeiros têm consequências para os Severenses. Essas consequências que, nesta altura, nenhum de nós conhece, nem o senhor revisor oficial de contas, nem a atual Câmara, nem os deputados municipais conhecem, é quanto é que vai custar aos Severenses aquilo que foram os investimentos que têm vindo a ser feitos pela AdRA porque, das duas uma, ou tem que ser pago aquilo que for o equilíbrio financeiro desse contrato pelo orçamento Municipal e isso significa recursos que não necessários para acudir às preocupações dos Severenses não poderem ser utilizados porque terão que ser pagos à AdRA. Ou, se porventura, não for essa a única via, a única forma que o senhor revisor oficial chamou, e bem, à atenção, será de ser através da tarifa da água, ou seja, os Severenses terão que pagar mais pela água que, neste momento, consomem e este é um risco que existe, que não está quantificado e que o senhor revisor oficial de contas nos disse que tinha chamado à atenção para ele, em concelhos vizinhos, mas que, incompreensivelmente, na nossa opinião, não o fez em relação ao concelho de Sever do Vouga e isso, para nós, é, evidentemente, um motivo de preocupação. Segundo

ponto, para o qual chamámos a atenção do senhor revisor oficial de contas, são as obras que estão suborçamentadas e que se traduzem num peso sobre o atual executivo porque esses recursos financeiros são recursos que estão comprometidos porque será necessário concluir essas mesmas obras. Essa suborçamentação das obras que chegam a valores de, provavelmente, cerca de dois milhões de euros que terão que onerar necessariamente o orçamento Municipal, são valores que não foram denunciados antes e aquilo que o senhor revisor oficial de contas nos disse é que são valores que resultam da execução do último ano de mandato da anterior Câmara e que, por isso, não tinha tido oportunidade para o fazer antes. É matéria que somos confrontados com ela agora e a pergunta fundamental que nós fazemos e que não tivemos resposta porque o senhor revisor oficial de contas disse que não nos conseguiria dar resposta nessa mesma reunião, é como é que se demarcam as responsabilidades entre aquilo que é a execução feita pela anterior Câmara, e a responsabilidade por esses passivos, e aquilo que são as responsabilidades da nova Câmara, com a nova maioria, com este atual executivo. Não vos posso deixar, também, de dizer que o senhor revisor, no final da reunião, acabou a sugerir que fosse feita uma auditoria financeira para que pudesse haver essa mesma demarcação de responsabilidades. A situação financeira do Município, face à informação que nos é dada, é uma situação que nos preocupa, que carece de ter uma clara delimitação daquilo que é a responsabilidade política que cabe a cada executivo e que, pela nossa parte, cá estaremos para a exigir e consideramos fundamental que a Câmara, na sequência da preocupação que transmitimos, que procure desenvolver aquilo que são as auditorias necessárias para que seja do conhecimento desta Assembleia Municipal e de todos os Severenses aquilo que é a realidade financeira do Município. Muito obrigado.----------
Seguidamente, o **Presidente da Assembleia Municipal** deu a palavra a Diana Paiva.-------
Diana Paiva – Excelentíssimo senhor Presidente da Assembleia Municipal e restantes membros da mesa, excelentíssimo senhor Presidente da Câmara Municipal e restante executivo, excelentíssimos senhores membros da Assembleia Municipal, minhas senhoras e meus senhores. O munícipe de Sever do Vouga já teve oportunidade de verificar que o paradigma mudou, que o atual executivo tem uma forma de atuar muito diferente do anterior, está mais próximo, é mais proactivo, é mais próximo do cidadão e quer agilizar os procedimentos que digam respeito à melhoria da vida dos Severenses. Todos os Severenses têm essa consciência, e, por isso mesmo, também mudaram a sua forma de se dirigir aos serviços e às pessoas que neles trabalham. Tirando alguns insatisfeitos que insistem em se dirigir à pessoa do senhor Presidente como se estivesse a falar com o anterior Presidente, seja por teimosia, seja por outros interesses de ordem política está à vista. Já aqui falamos sobre o orçamento participativo e o novo arranque deste importante instrumento democrático. Apreciamos com muito agrado a resposta que os serviços apresentaram. No entanto, pudemos verificar que o último relatório só foi elaborado com o pedido que foi feito, que o mesmo é pouco concreto quanto a datas de inclusão no orçamento e datas de verdadeira implementação, queremos fazer novo pedido que segue por escrito. Nesse mesmo pedido é solicitada explicação sobre a participação crime que aqui é dada a conhecer e o seu desfecho pois que os serviços tiveram acesso à mesma. Acresce que, como todos aqui deram conta, gerou-se uma insatisfação muito grande quanto ao relatório de certificação de contas apresentado pelo senhor auditor do Município. Em face dessa situação foi pedida uma reunião com a presença do senhor revisor oficial de contas e dos líderes da bancada, assim como do cidadão independente eleito para a Junta de Freguesia do Couto Esteves. Dessa reunião não resultou nenhuma resposta satisfatória, mas sim, algum incómodo de como responder às questões colocadas. Dada essa mesma situação, entendemos que o atual revisor oficial de contas do Município não tem condições para continuar a prestar esse serviço ao Município, pelo que apresentamos uma moção de denúncia do contrato de prestação de serviços, a qual passo a ler:----------

"As contas do Município têm que ser alvo de certificação legal de contas por Revisor Oficial de Contas, o qual está obrigado a emitir os seus pareceres conforme os modelos definidos pela Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.----------
Assim, considerando que:----------

1. *Na última Assembleia Municipal foi apresentado o relatório de certificação legal de contas pelo Revisor Oficial de Contas do Município;----------*
2. *Que o referido relatório gerou muitas dúvidas quando comparado com os anteriores que nunca fizeram qualquer reserva ou alusão ao Estudo de Viabilidade Económico e Financeiro (EVEF) relativo à Adra;----------*
3. *Em face dessas dúvidas foi agendada e realizada uma reunião para audição do senhor Revisor Oficial de Contas;----------*
4. *Da audição do senhor Revisor ficaram sérias dúvidas, pois o mesmo não foi substancial na resposta dada, sendo mesmo evasivo, quanto à atual inclusão de tal reserva só neste relatório;----------*
5. *O senhor Revisor demonstrou que era uma preocupação que já vinha de anos anteriores, mas que entendia não ser de incluir no relatório, só o fazendo agora;--------*
6. *O senhor Revisor afirmou de forma expressa que este assunto era preocupante e de dimensões incertas, mas graves;----------*

Em consequência destes considerandos propomos à Assembleia Municipal que recomende à Câmara Municipal que pondere pôr fim ao contrato de prestação de serviços outorgado com o atual auditor externo e ser aberto procedimento para contratação de um novo audito externo.----------

Muito obrigada.----------

Diana Paiva entregou a moção ao Presidente da Assembleia Municipal.----------

De seguida, o **Presidente da Assembleia Municipal** deu a palavra a João Oliveira.---------

João Oliveira – Muito boa tarde a todos. Permitam-me que vos cumprimente a todos na pessoa do Presidente da Assembleia Municipal. Quero falar-vos da ecopista e de alguns perigos que nela existem e que urge resolver, para bem das pessoas que a utilizam. Como sabemos, a ecopista foi concebida para a circulação de peões e de ciclistas. Mas, ao que julgo saber, não deverá ser utilizada para fazer corridas em bicicleta. Acontece que, por vezes assistimos a autênticas sprints de ciclistas e, temo que um dia sejamos surpreendidos com um acidente grave, que até pode ser mortal. Acreditem, não estou a exagerar. A ecopista é utilizada por peões, adultos e crianças que estão sujeitos a ser gravemente atropelados por um ciclista. É urgente pôr cobro a esta situação. Este assunto deverá ser merecedor de reflexão e de atuação, sem perda de tempo. Sem prejuízo da reflexão exigível para a resolução deste problema, permitam-me que deixe algumas sugestões, no sentido de minorar o mesmo: Em primeiro lugar colocar um limite de velocidade de circulação dos ciclistas na ecopista. Em segundo lugar e não menos importante colocar nos acessos à ecopista, de uma forma bem visível, sinalização e avisos que evidenciem o perigo existente e que regulamentem a circulação de peões e de ciclistas na pista. As redes sociais e a comunicação social também aqui podem desempenhar um importante papel. Senhor Presidente da Camara Municipal, é urgente tomar medidas para que amanhã não tenhamos que lamentar uma situação na ecopista que ninguém deseja. Aproveito ainda para referir que, ao Km 74, ou seja, a meia distancia entre a estação de Paradela e o apeadeiro de Cedrim, urge evitar que a água barrenta que escorre da encosta entre na pista e a torne muito lamacenta e escorregadia, com os perigos que daí advêm para quem nela se desloca. Não é difícil. Basta fazer um pequeno rego de desvio das águas, com meia dúzia de metros, entre a pista e a encosta. Recomendo ainda a manutenção da madeira tratada existente nas bermas da pista. Em alguns casos já não existe ou está apodrecida. E ainda, que o corte das silvas que por vezes invadem a pistas, seja efetuado com mais regularidade, pois recentemente, em alguns locais, a pista tinha pouco mais de metade da sua largura transitável. Temos um concelho com muitas belezas naturais. Para o tornar ainda mais atrativo para quem nos visita, teremos que ter condições, para que quem frequenta a

ecopista e outras infraestruturas, se sinta bem. Costuma-se dizer que "os olhos também comem". Obrigado.----------
O **Presidente da Assembleia Municipal** passou a palavra a Sérgio Soares.----------
Sérgio Soares – Muito boa tarde, meus senhores e minhas senhoras, senhores deputados municipais, senhores vereadores e senhor Presidente da Câmara, caríssimo senhor Presidente da Assembleia. No passado dia 25 de fevereiro, trouxe a esta assembleia o tema da construção de uma mini-hídrica no Rio Lordelo com o objetivo de esta assembleia se pronunciar sobre esta matéria e para tentar travar a morte de mais um rio. Mas, as três bancadas municipais refugiaram-se na falta de informação de um projeto que já tem mais de dez anos. Eu não lhe chamaria falta de informação, mas sim desatenção. Nesse dia, as três bancadas solicitaram o adiamento da moção, contudo, e atendendo à urgência do assunto, insisti que a mesma fosse votada e, quando houvesse mais informação, o tema poderia voltar a ser discutido. Assim foi. No dia 08 de junho, houve uma sessão de apresentação do projeto para a qual convidei os representantes das três bancadas, mas apenas esteve presente o Presidente da Assembleia Municipal, um membro da bancada do PSD e a presidente da Junta de Silva Escura e Dornelas, sendo esta última a única a colocar questões sobre o assunto e, diga-se de passagem, questões muito inteligentes. Paralelamente, solicitei ao Presidente da Assembleia Municipal um ponto na Ordem de Trabalhos para este assunto tão importante ser discutido aqui, sendo o mesmo pedido extemporâneo, tal como também já referiu aqui o Presidente da Mesa. Hoje, tentei apresentar a mesma moção nesta ordem antes do dia, a qual a Mesa optou por não apresentar. Assim, e porque o projeto avançará já em setembro, como foi dito nessa sessão de apresentação do dia 08, a obra será realizada sem que o povo conheça a posição das três bancadas municipais que o representam e, talvez, dentro de dez anos, os nossos representantes municipais continuem a passear até Lisboa para resolver os impactos de mais este projeto na secretaria de estado respetiva. Disse.----------
Seguidamente, o **Presidente da Assembleia Municipal** deu a palavra a Paulo Lo**urenço**.--
Paulo Lourenço – Excelentíssimo senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal e restantes membros da Mesa, excelentíssimo senhor Presidente da Câmara Municipal, Vereadoras e Vereadores, senhores membros da Assembleia, minhas senhoras e meus senhores. Antes de começar com a que eu vinha aqui, vou fazer um pequeno parêntesis para o senhor Presidente, que é um conselho, uma ideia. Faça como o anterior executivo, deixe de desmatar a ecopista que deixa de ter problemas. É o ideal. De qualquer modo, vou voltar ao que eu tenho, que é o Plano Municipal de Defesa Contra Incêndios, o qual foi aprovado em novembro de 2021. Este plano é de grande importância para o nosso concelho e, no entanto, temos verificado que, nos últimos dois anos, a legislação não foi executada, ou seja, a faixa de limpeza de segurança das bermas não se executou. O senhor Presidente que se encontra agora no exercício, há cerca de oito meses, é pouco tempo, todos sabemos, mas poderá nos dar uma perspetiva do que está ponderado fazer e o que é que será feito nos próximos meses? Estamos a entrar na época crítica e era bom precaver todas as situações que possam ser acauteladas. De qualquer modo, nós bem sabemos que isto tem custos, mas se poderá ter uma ideia sobre isso. Em segundo, e para não me alongar muito, também temos a ideia dos custos que existem, atualmente, com todos os problemas na Ucrânia e à volta, entre eles, o custo energético. Gostava de perguntar ao senhor Presidente se existe, neste momento, algum impacto já nas contas do orçamento, se tem previsão do que é que isso vai impactar ou qual a forma, ou como pensam, para resolver esta situação. Muito obrigado.----------
O **Presidente da Assembleia Municipal** concedeu o uso da palavra a António Dias.--------
António Dias – Excelentíssimo senhor Presidente da Assembleia Municipal, excelentíssimos senhores membros da mesa, senhor Presidente da Câmara, senhores vereadores, senhores membros da Assembleia Municipal. Antes de mais, obrigado, senhor Presidente, pela parte que me toca, da descentralização das assembleias municipais. Hoje é Paradela, para a próxima será outra freguesia qualquer, não interessa.----------

Presidente da Assembleia Municipal – Senhor Presidente, desculpe a interrupção. Para chegar a Talhadas, temos de passar primeiro em Paradela.----------
António Dias – Já passou a ponte, o senhor Presidente esteja à vontade. Começo já por um ponto da ordem de trabalhos que surgiu na última assembleia. Senhor Presidente, ouvi aqui o meu colega, Dr. António Carlos Monteiro, a falar, e eu quero o senhor Revisor Oficial de Contas aqui. Eu quero que ele explique antes de sair. Eu quero que ele diga o porquê de esconder, ou seja, no fundo, não relatar as ênfases no relatório de contas do Revisor Oficial de Contas. Ele tem um seguro de responsabilidade civil que cobre tudo isso, portanto, eu quero-o aqui. E não interessa, seja que partido for, eu aqui sou abstrato, abstraio-me. Se estiveram mal, há-que cumprir, há-que corrigir. Tem um seguro que cobre isso tudo. Quer saia, quer não saia, o Revisor Oficial de Contas tem de vir aqui explicar o porquê de, no fundo, esconder dos membros da Assembleia Municipal toda essa situação. O porquê de não relatar, na informação financeira, o assunto da AdRA. Quero aqui dizer, a todos os membros, se tiverem um nascente de água, deem-mo. Eu aceito-o. Eu sei que há, aqui, presidentes de Junta que, se calhar, dão tudo. Que me deem os nascentes de água a mim. Eu fico com eles. Depois, a AdRA que gere o resto. Senhor Presidente da Câmara, em Vilarinho foi feita uma intervenção numa cascata muito bonita, pelo anterior executivo, tenho que lhe dar o mérito. Foi votado em Orçamento Participativo. A Junta tem ido lá fazer a manutenção, mas eu pergunto - se eu não vos pagar, vocês vão fazer a manutenção a algum lado? Não vão. É preciso dinheiro. A Junta não tem dinheiro, ou, se tem, é para outras obras, não é para isto. Quem passa de Águeda para Talhadas, ou de Talhadas para Águeda, Águeda está a pavimentar a E.N. 333, certo? Eu não vejo nada em Sever do Vouga. Eu pergunto, de Talhadas a Ventoso, é para alcatroar ou é para estar quieto? Abertura da creche em Talhadas, eu tenho, neste momento, dezasseis ou dezassete crianças na pré e eu pergunto se vão, ou não, fazer pressão na Santa Casa para abrir a creche? Tem lá uma creche que foi aberta com o nosso dinheiro, o dinheiro da Segurança Social, disse-me a técnica da Segurança Social, Dr.ª Fátima, que era a creche mais bonita que inaugurou até hoje, isto foi em 2020, salvo erro. Eu pergunto, nunca foi aberto em Talhadas, porquê? É só dar dinheiro para a Santa Casa? E o resto? Zona industrial de Talhadas, sei que terminou agora o período de revisão do PDM no dia 13 de junho e eu pergunto se é para avançar com a zona industrial ou não. Eu tive conhecimento de um empresário que se deslocou a Talhadas, estive com ele, que houve alguém da Câmara Municipal nomeado que disse "zona industrial de Talhadas não, zona industrial de tal sítio". Se é para isso, esqueçam e Talhadas deixa, então, de pertencer a Sever do Vouga. Se é para mandar para outros lados, não contem comigo. Talhadas ou é para desenvolver ou não é para desenvolver e eu chamo o empresário. Ele quer criar quinze postos de trabalho. Viatura de combate aos incêndios, Talhadas tem uma viatura e, felizmente, tem uma associação que é espetacular, está aqui um representante, o senhor Jorge Graça, seja de que partido for, não interessa. Fazem o trabalho deles e a Junta ajuda. Ainda não há verba nenhuma no orçamento da Câmara para essas situações? Ou será que é Talhadas a única com viatura que anda aí no combate aos incêndios? Há que rever essa situação. Praia fluvial do Alfusqueiro, já falaram com a Câmara de Águeda? Aquilo está uma miséria. A Junta de Talhadas limpou. A zona do Préstimo, concelho de Águeda, está miserável e eu pergunto, será que vai lá haver algum incêndio? É que, se houver, quem é responsável? É a Câmara de Sever ou a Câmara de Águeda? Atenção a isso. Depois, o senhor Presidente da Câmara, na última sessão, disse-me que a AdRA estava por dias, que ia sair dos Paços do Concelho. Se não sair, quero lá um gabinete para a Junta de Talhadas. É o ponto número um. Se a AdRA não sair da Câmara e não pagar renda, Talhadas quer lá um gabinete. Também tenho água para pagar. As pessoas vão lá pagar a Sever. Tenho clientes em Sever do Vouga com casas em Talhadas. Senhor Presidente, não leve a mal, mas isto tem de ser assim. Pagam, pagam. Não pagam, que saiam.----------
Presidente da Assembleia Municipal – Peço desculpa. Pedia que se abstivessem de comentários e de diálogos, por favor.----------

António Dias – Avançando, senhor Presidente da Câmara, eu tenho aqui estradas em Talhadas, Arcas está a ser tratada, sei que está e ainda bem, fico contente, mas o resto? Alguns troços que ainda ficaram do anterior executivo e ainda não vi nada, senhor Presidente. Eu não tenho problema, os setenta e cinco mil euros à Junta de Talhadas, de canalizar alguma verba para isso. Não tenho meios de engenharia nem de empresa de alcatrão. Isso obriga a concursos públicos e nenhuma Junta aqui tem possibilidade para isso. Senhor Presidente, se quiser, dou uma parte do orçamento de Talhadas para essas estradas. O balcão do eBUPi, eu peço, senhor Presidente, coloque, se possível, viaturas nas freguesias porque as pessoas têm dificuldades em deslocarem-se à sede do concelho. Obrigado, senhor Presidente.----------
Presidente da Assembleia Municipal – Só para esclarecer, antes da Junta de Talhadas ter um espaço nos Paços do Município, o Presidente da Assembleia está primeiro. Foi "despejado", há algum tempo, e ainda não encontraram alternativa. Segundo lugar, a presença do ROC, aqui na Assembleia, parece-me impraticável, de todo. Bastaria que ele se recusasse a vir e não teríamos forma de o fazer cá chegar. De qualquer forma, para quem esteve presente na reunião, essas questões que colocou foram colocadas objetivamente e frontalmente e a resposta foi, sem sair deste registo, que só o fez agora porque entendeu que já tinha passado demasiado tempo.----------
De seguida, o **Presidente da Assembleia Municipal** deu a palavra a David Alves.----------
David Alves – Excelentíssima Mesa, excelentíssimo executivo, senhores membros da Assembleia, público presente. Eu venho falar, exatamente, por causa da reunião com o ROC porque dá impressão que os membros que lá estiveram não estiveram lá todos ou, então, eu não estive na reunião em que os senhores estiveram. Um ROC é uma entidade externa, autónoma, que emite depois um parecer, quer gostem ou não gostem, e as ênfases que quiser e as reservas. Este ano tivemos duas reservas. As duas são legítimas. Uma que se refere aos custos incorridos na fase de construção da obra de Silva Escura, por exemplo, que ocuparam, que tiraram aos utentes e que deviam estar, provavelmente, nas contas do Município. Se me cortar um terreno, se negociaram comigo um pagamento ou um valor, é evidente que esse valor devia estar nas contas finais. Já a obra em si, não. A obra, em si, não está executada. Poderá estar adjudicada, mas não está executada. Se não está executada, o custo é zero. Não pode constar das contas. Isto, na primeira fase. Na questão da AdRA, dá impressão que o ROC se escondeu. O ROC deu os esclarecimentos que achava que eram legítimos e eu penso que ele se safou. Pese, embora, não gostemos. Safou-se e porquê? Primeiro, a questão da AdRA, alguém aqui consegue quantificar o valor da AdRA? Já falamos todos e ninguém consegue quantificar o valor da AdRA. Se não as consegue quantificar, muito menos o executivo, não pode estar nas contas. Está numa reserva. Segundo, ele referiu, e bem, que teve conhecimento do impacto que isso teria pelas contas da AdRA e dá impressão que vocês se esqueceram que eu lhe perguntei se a AdRA se tinha apropriado do valor pela alteração que fez ao modelo de valorização e ele disse que a AdRA se apropriou desse valor e melhorou as contas e o Revisor Oficial de Contas da AdRA fez uma reserva nas contas da AdRA. Como ele teve acesso às contas da AdRA, e muito bem, fez, também por si, uma reserva. Foi isso que ele disse, que verificou as contas da AdRA, verificou que a AdRA tinha feito uma remodelação à forma de cálculo das compensações e remunerações que queria receber, apropriou-se desse valor como receita, pagou dividendos aos seus associados, nomeadamente às Águas de Portugal, através de um resultado que podemos considerar não fictício, mas que é de difícil cálculo. É evidente que vai aparecer um devedor contingente, que é a Câmara Municipal de Sever do Vouga, mas foi em função desse valor que eles aplicaram na AdRA, que o revisor apercebeu-se que tinha, também, uma reserva nas contas da AdRA e fez a reserva por si. Podem dizer que ele já podia ter visto isso, podia sim senhora. Podia e, talvez, devia ter chamado a atenção que havia um contrato com a AdRA que poderia ter consequências, mas eu continuo a dizer que não é possível quantificar o valor. Se não é possível quantificar o valor o executivo não podia lançá-lo nas contas nem que quisesse. Portanto,

se não pode quantificar nas contas, é ao revisor que cabe a reserva e muito bem. Provavelmente devia tê-lo feito antes, agora não venham dizer que tem de estar nas contas. Não, ninguém quantificou, até agora, isso. Se não consegue quantificar apenas pode estar no relatório do ROC ou no anexo do executivo a indicação desse passivo potencial. Relativamente à questão que o senhor António Monteiro disse que ele tinha proposto uma auditoria financeira é mentira. Após intervenção do Presidente da Câmara no sentido de o auditor sugerir ou não uma auditoria financeira, o auditor sugeriu identificar passivos e ativos não reconhecidos. Foi o que ele disse e está certo. Ele não disse para fazer uma auditoria financeira. Ele disse que não vale a pena, as contas estão aprovadas e, como tal, pode ser feito um levantamento exaustivo dos passivos não reconhecidos e passivos não reconhecidos são apenas o valor das obras, daquilo que já cortaram, que já fizeram, que deviam ter pago e não pagaram. Não é a obra, em si, que não está executada, em termos de contas vale zero.----------

O **Presidente da Assembleia Municipal** deu a palavra a João Oliveira.----------

João Oliveira – Mais uma vez, muito boa tarde. Já que é a segunda vez que se fala aqui na creche das Talhadas, eu também sinto-me na obrigação de dizer alguma coisa. Eu queria recordar ao senhor António Dias que, há cerca de umas semanas atrás, não sei quantas, ele esteve convocado para uma reunião na Misericórdia para tratar deste assunto. A reunião estava marcada para as 18:00 e o senhor António Dias, cerca das 20:00 ou 20 e tal é que nos informou que não podia vir. Eu faço muitas reuniões, mas quando não posso é com antecedência que eu aviso os meus interlocutores. Ainda sobre a creche das Talhadas, não sei se já recebeu uma convocatória para uma nova reunião. A nossa agenda não permite que nós sejamos tão céleres como gostaríamos a receber as pessoas, mas se ainda não recebeu, da nossa provedora, um convite para uma nova reunião, irá recebê-lo dentro de dias. Obrigado a todos.----------

O **Presidente da Assembleia Municipal** passou a palavra a Diana Paiva.----------

Diana Paiva – Muito obrigada, senhor Presidente. Relativamente à reunião com o senhor auditor externo, fui uma das pessoas que esteve presente e coloquei a questão objetivamente e vai-me perdoar, mas a resposta que obtive, e todos obtivemos, foi tudo menos objetiva. Eu não estou a falar de ter certezas. O que o senhor revisor acabou por admitir é que já há bastante tempo estaria para incluir a reserva e que nunca o fez. Inclusivamente, apontou o ano de 2019 como um dos últimos para falar sobre a reserva e essa reserva nunca surgiu de 2019 até agora. Surgiu, única e exclusivamente, no ano de 2022. Se, posteriormente, vamos ter a quantificação de valores é outra situação, mas se a reserva existe já existia antes. O próprio admitiu e que nunca o fez. E o que nunca obtivemos de forma objetiva e clara foi o motivo de nunca essa reserva ter vindo nos relatórios anteriores. Isso nunca veio de forma objetiva e clara. Além disso, o senhor revisor também admitiu e se predispôs a ajudar na auditoria financeira. Esse assunto também foi abordado por ele. Estivemos várias pessoas naquela reunião e, conforme disse, se calhar nem todas ouvimos o que queremos e cada um interpreta à sua maneira. Por isso é que, muitas vezes, nos tribunais, também temos testemunhas a ver a mesma coisa e a dar respostas diferentes. Nós estivemos vários e ouvimos o senhor revisor e a resposta que obtivemos foi tudo menos clara e objetiva.----------

O **Presidente da Assembleia Municipal** deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.----------

Presidente da Câmara Municipal – Muito obrigado, senhor Presidente. Senhor Presidente da Assembleia Municipal, senhoras e senhores vereadores, senhoras e senhores membros da Assembleia Municipal, senhoras e senhores Presidentes de Junta, público presente, comunicação social, a todos muito boa tarde. Uma palavra especial de agradecimento ao senhor Presidente da Junta, José Sousa, pela disponibilidade demonstrada na cedência das instalações para a realização desta assembleia. Vou tentar ser breve e responder ao máximo de perguntas possível, começando, precisamente, por esta questão do Revisor Oficial de Contas. A explicação dada pelo ROC, a mim, não me

convenceu. A mim, parece-me evidente que as reservas foram colocadas não por uma questão de tempo, mas porque houve uma mudança de executivo que trabalha, sobretudo, com transparência, portanto, entendo que, nesta fase, fazia todo o sentido sermos transparentes com as pessoas e dizermos a verdade. E a verdade é que, no que diz respeito a obras, há uma série de obras fantasma, uma série de compromissos assumidos que terão que ser pagos e para os quais a Câmara não tem dotação, não tem cabimento, não tem dinheiro, como quiserem, e que ascendem, seguramente, entre dois a três milhões de euros. O senhor David Alves disse que na estrada de Silva Escura a Dornelas não tinha que estar o resto das obras, portanto, eu deduzo que aquilo que o Partido Socialista quis fazer foi apenas aquela estrada de terra que lá está e não é preciso fazer mais nada. Quando eu for a Dornelas e as pessoas me disserem quando é que vêm pavimentar, eu digo que não é preciso. O senhor David Alves disse que isto está bem, serve para vocês, está ótimo. É evidente que vai ter que ser pavimentada, é evidente que vai ter que se fazer valetas, vai ter é evidente que haver sinalização, vão ter que se meter rails de proteção, é evidente que os terrenos vão ter que ser pagos, é evidente que há muros que vão ter que ser feitos, é evidente que vai ter que se gastar lá, pelo menos, 1.2 milhões de euros que a Câmara não tem para pagar. E não tem porque não foi deixado dinheiro para pagar. Ponto. As contas não é dizer são estes os números, tem que se fazer aqui este resultado. As contas que eu estou a dizer são números que não constam das contas, mas que deviam constar e quem diz esta obra diz uma série de obras a que nós chamamos já de obras fantasma. Eu entendo, e fui eu que coloquei esta pergunta ao ROC, eu entendo que deve ser, efetivamente, feita uma auditoria financeira com estes valores para que se perceba, efetivamente, as contas que tínhamos no dia 31 de dezembro de 2021. Eu recordo, mais uma vez, o senhor David Alves que dizia, na última Assembleia Municipal, que a Câmara poderia pagar tudo o que devia e ainda sobravam novecentos mil euros. Nós sabemos que isso é mentira. A Câmara não tinha dinheiro para pagar tudo, há muitas obras, muitos constrangimentos que ficariam por pagar. Eu faço questão que os Severenses saibam a verdade sobre o estado das contas e sobre a forma como a Câmara Municipal foi deixada pelo anterior executivo. Senhor João Oliveira, sobre as bicicletas e sobre a ecopista, tem toda a razão. Tomaremos as medidas sugeridas. Acho que são boas medidas. Relativamente ao quilómetro 74 vamos, naturalmente, ter em atenção. A ecopista irá sofrer uma série de obras, nos próximos meses, relacionadas com um projeto que vai ligar a antiga linha das vagonetas ao Braçal e, nesse âmbito, seguramente também iremos recuperar uma série das madeiras que estão por tratar. Relativamente ao corte das silvas, nós fizemos a limpeza da ecopista sendo que já avançamos com o procedimento da limpeza da faixa direita da margem do Rio Vouga. Nós estivemos vários meses a negociar com a Quercus e com a EDP no sentido de podermos realizar um protocolo que permitisse a manutenção daquela margem. A verdade é que a EDP pôs-se sempre de fora e chegou uma altura em que não poderíamos deixar a situação continuar como estava e iremos proceder à limpeza. O procedimento já tem cabimento e irá avançar nas próximas semanas. Senhor António Dias, sobre a AdRA, eu digo-lhe aquilo que eu lhe disse – efetivamente, estamos à espera que saia. Relativamente ao muro de Cortez, foi aberto concurso, mas ficou deserto. Abrimos, novamente, concurso. Sobre a pavimentação de Talhadas a Ventoso, não há dinheiro para tudo. Relativamente à Associação Humanitária de Talhadas, nós reconhecemos o mérito do seu trabalho, já reunimos com ele e ajudaremos, naturalmente, na medida em que pudermos. Relativamente ao eBUPi, ainda não foi possível. Efetivamente, o nosso objetivo é fazer sessões de esclarecimento nas juntas de freguesia e as duas funcionárias que temos, agora, na Câmara a tratar do eBUPi, irão, em breve, para as juntas de freguesia para estarem mais próximas das populações que querem fazer o registo dos terrenos. Só para terminar, acerca do EVEF, sobre a AdRA, pois naturalmente já devia constar há muitos anos. Só consta agora, como eu referi há pouco, por causa da mudança do executivo e consta, aliás, em Albergaria, há vários anos e é uma situação que é possível contabilizar. A AdRA sabe, perfeitamente, os prejuízos que teve e que tem tido. Por exemplo, por não estar em

Talhadas sabe exatamente os prejuízos que tem. Portanto, era possível contabilizar, neste estudo de viabilidade económico-financeira. Eu, de facto, nunca tinha ouvido falar deste assunto, mas acho que é importante estarmos atentos e acho que faz todo o sentido a reserva que foi, pela primeira vez, feita pelo auditor e que teremos que ter isso em conta. Senhor Paulo, acerca do plano de defesa da floresta, não sei se sabem, mas faz hoje cinco anos a tragédia de Pedrógão e a verdade é que é um assunto que eu tenho referido, várias vezes, nas assembleias municipais e é das situações que mais me preocupa. A mancha florestal de Sever do Vouga ocupa cerca de 76% do nosso território e merece, naturalmente, uma atenção redobrada da parte da autarquia, sobretudo nesta altura do ano que é tão propícia aos incêndios. Aliás, o meu Vice-Presidente, Paulo Nogueira, a quem pedirei, com autorização do senhor Presidente da Assembleia Municipal, para falar um bocadinho sobre este assunto, daqui a pouco, esteve reunido, até agora, com os "GIPS" precisamente para falar sobre esta situação. Como sabem, o Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios deixou-se caducar pelo anterior executivo, portanto, foi já este executivo fazer aprovar este instrumento de planeamento que se pretende dinâmico e adaptado à realidade local que tem uma vigência de dez anos. Este documento é um documento detalhado, onde se desenvolvem os aspetos cartográficos, técnicos e económicos, analisados no âmbito da planificação da defesa da floresta contra incêndios do concelho. Na sequência dos trágicos incêndios de 2017, os aspetos associados ao planeamento das atividades de prevenção, vigilância e combate são, atualmente, ainda mais relevantes. Acrescenta a probabilidade de ocorrência de grandes incêndios, assim como um maior número de megaincêndios, reforça a importância deste documento no contexto de um futuro muito incerto e onde é premente a priorização dos recursos, sejam humanos, materiais ou financeiros. A operacionalização do Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios, em particular para as ações de vigilância, deteção, fiscalização, primeira intervenção, combate, rescaldo e vigilância após incêndio concretiza-se através do Plano Operacional Municipal apresentado na Comissão Municipal de Gestão Integrada de Fogos Rurais de Sever do Vouga que reuniu no passado dia 28 de abril de 2022. Nós temos um longo caminho pela frente. Certamente, a nossa inexperiência neste assunto não nos tem ajudado. A verdade é que tentaremos, rapidamente, avançar com o procedimento para cumprirmos com aquilo que temos com as faixas de limpeza. Hoje, os "GIPS" disseram-nos, por exemplo, que na Zona Industrial de Talhadas e de Irijó está uma placa a dizer que a Câmara iria limpar, desde 2019, e, até hoje, nunca limpou. Nós queremos evitar que isso aconteça, assim como as contraordenações que ficamos, que é às dezenas, todos os anos. Isto não é uma situação nova, é uma situação muito difícil, mas estamos motivados para que seja diferente dos outros anos. O senhor Presidente autoriza que Paulo Nogueira intervenha?----------

O **Presidente da Assembleia Municipal** autorizou e alertou para o facto de que o seu tempo iria terminar e que, conforme estava acordado, passaria a usar o tempo do PSD.------

Paulo Nogueira – A definição que ocorreu no Plano Nacional de Defesa da Floresta, que foi aprovado em 28 de novembro, e que foi apresentado e discutido na reunião de abril, com a comissão municipal, e a partir dessa altura, definiu-se aqui um conjunto de ações a implementar para a defesa da floresta e dos bens das pessoas. Acontece que existe uma série de procedimentos normais de contratação que têm que ser feitos para que a gente possa agilizar rapidamente a manutenção de algumas das estruturas que temos. Não podemos olhar para este plano para uma intervenção global porque ele define, claramente, quais são as áreas de atuação do município ano após ano. Portanto, é isso que nós vamos começar a fazer. Para além das zonas industriais, que é uma preocupação, porque não estão organizadas e não há nenhuma entidade gestora, pelo que a autarquia é a entidade responsável, para já. Ainda no âmbito do plano de defesa da floresta, só para aproveitar uma intervenção feita pelo deputado António Dias, de facto a Associação Humanitária de Talhadas é uma peça a que nos reconhecemos valor, mas que relembro que continua na ilegalidade. Temos que arranjar uma forma de regularizar porque é uma unidade

importante para a primeira intervenção das ocorrências existentes. Essa regularização só se pode fazer com uma unidade local de proteção civil, cujo senhor Presidente da Junta terá que assumir, ou então por uma delegação dos bombeiros. Caso contrário, vamos continuar com esta ilegalidade da associação e isto não tem nada a ver com o mérito que a associação tem nas primeiras intervenções.----------
O **Presidente da Assembleia Municipal** perguntou ao Presidente da Câmara Municipal se queria continuar a sua intervenção.----------
Presidente da Câmara Municipal – Sim, foram colocadas muitas questões e eu gostaria de poder responder à maior parte delas, se não, na totalidade. Sobre a eletricidade e sobre a energia, e a crise energética que vivemos, o preço da eletricidade, dos combustíveis e das matérias-primas disparou nos últimos meses com consequências preocupantes para todos os Portugueses e naturalmente para a Câmara Municipal de Sever do Vouga. Quanto à eletricidade e embora no primeiro trimestre tenhamos tido uma redução significativa no consumo de energia elétrica de 714 MWh gastos em 2021, para 587 MWh gastos em 2022 a verdade é que as perspetivas no que a valores pagos na melhor das hipóteses vão duplicar. O valor gasto com a eletricidade em 2021 rondou os € 700 000,00 euros e o valor que estimamos gastar em 2022 é de € 1 400 000,00. Significa que se os custos da eletricidade se mantiverem a Câmara corre o risco de que 10% do orçamento seja gasto em eletricidade. Estamos a rever todos os contratos. Verificamos vários edifícios da Câmara cedidos, em que a Câmara continuava a pagar a eletricidade e estamos a regularizar essa situação. No caso do Vougapark, por exemplo, e embora em quase todos os contratos com as empresas que ali se encontram esteja referido que a eletricidade é uma despesa que as empresas têm que assumir, a Câmara não exigia o seu pagamento, verificando-se situações em que a renda paga pela empresa era substancialmente menor que o custo com a energia que a Câmara tinha. Falamos em alguns casos de dezenas de milhares de euros de diferença. No que à iluminação pública diz respeito, iremos substituir 1.100 lâmpadas led que vão ser aplicadas na iluminação pública do nosso Concelho em 2022. No âmbito da campanha led 2022 da E-Redes, está a ser implementada esta em várias zonas do município. Esta alteração inovadora pretende diminuir o consumo de eletricidade em cerca de 70%. Estamos, também, a verificar em quais dos edifícios podemos optar por painéis fotovoltaicos e a Câmara Municipal está a procurar parcerias, nomeadamente encontra-se à espera de proposta várias empresas para a instalação de painéis fotovoltaicos nos edifícios municipais de maior consumo, de forma a reduzir o custo com o fornecimento de eletricidade. Não sei se ainda tenho tempo, mas gostaria de falar um bocadinho sobre a mini-hídrica de Lourizela. Eu estive, também, presente na sessão de esclarecimento que foi realizada e há algumas questões que eu gostaria de referir. O aproveitamento hidroelétrico de Lourizela foi sujeito ao procedimento de avaliação de incidências ambientais em sede de um Estudo de Incidências Ambientais (EIA), cuja entidade coordenadora foi a CCDR do Centro. O estudo de incidências ambientais é um instrumento preventivo das políticas de ambiente e ordenamento do território que pretende assegurar que as prováveis consequências sobre o ambiente de um determinado projeto, são analisadas e tomadas em devida consideração no seu processo de aprovação. Ou seja, tem como principal objetivo fornecer aos decisores, informação sobre as implicações ambientais significativas, de determinadas ações propostas, bem como sugerir modificações da ação, com vista à eliminação ou minimização dos impactos negativos inevitáveis e à potenciação dos impactos positivos, antes da decisão ser tomada. Logo, as implicações ambientais são encaradas de uma forma global, contemplando os efeitos físicos, biológicos e socioeconómicos, de modo que a decisão final se baseie numa avaliação sistemática integrada. Para este projeto em concreto foi emitida uma Declaração de Incidências Ambientais, a 20 de abril de 2012, prorrogada sucessivamente, tendo sido válida até 16 de setembro de 2021. Antes da emissão da referida Declaração de Incidências Ambientais, o projeto foi alvo do seguinte: Análise preliminar dos pareceres externos solicitados pela CCDR do Centro, nomeadamente às seguintes entidades:

Administração da Região Hidrográfica do Centro (ARH do Centro); Direção Geral de Energia e Geologia (DGEG); Direção Regional de Agricultura e Pescas (DRAP do Centro); Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF); Instituto de Gestão do Património Arquitetónico e Arqueológico (IGESPAR); Câmara Municipal de Sever do Vouga. Sobre este assunto, e sobre o parecer da Câmara Municipal de Sever do Vouga, e era sobretudo por isto que eu queria falar, é que já foi emitido um parecer há dez anos atrás. Não tenho é conhecimento do parecer. Não existe em nenhum arquivo da Câmara Municipal, não existe em lado nenhum, mas nós vamos pedir cópia do parecer à CCDR. Vamos passar por essa vergonha, mas já que passamos por tantas em pedir documentos que desapareceram, é mais uma vergonha que vamos ter que passar. Também foi, na altura, consultada a Junta de Freguesia do Couto de Esteves que propôs as seguintes medidas como contrapartida à execução do projeto: construção de uma praia fluvial, imediatamente a montante da zona do açude; concessão de uma percentagem da faturação a favor da Junta de Freguesia do Couto de Esteves; manutenção da albufeira cheia, no final da época de turbinagem, a fim de dar assistência aos serviços de combate a incêndios florestais, no período do verão; salvaguarda e reposição, em caso de afetação pela passagem do túnel, das captações de água para uso doméstico, nos limites do lugar de Lourizela; salvaguarda do regadio tradicional a jusante do açude; reposição dos caminhos de acesso às propriedades que possam ficar submersas com a construção do projeto. Foi, também, feita a realização de procedimento de Consulta Pública, que decorreu entre 2 e 27 de janeiro de 2012, que contou com diversas exposições escritas, de cidadãos e entidades diversas, nomeadamente a Associação Cultural e Social do Couto de Esteves, a Junta de Agricultores de Parada, Sr. Vítor Soares e a Sociedade Carreto Lages, a Comissão de Regantes do Regadio da Agualva, a Junta de Agricultores de Lourizela e o senhor Claudino da Fonseca Soares e outros, o senhor Manuel Joaquim de Almeida e a Quercus, que também emitiu. O parecer técnico final concluído a 17 de fevereiro de 2012 e foi favorável. Está assim garantido a nível supramunicipal a análise técnica global do projeto. A Declaração de Incidências Ambientais é o garante de que todos os impactes ambientais se encontram devidamente balizados existindo medidas de minimização dos mesmos, com uma análise sistemática. Para concluir, a 9 de setembro de 2021, portanto, antes da nossa tomada de posse, foi assinado o Contrato de Concessão relativo à utilização dos recursos hídricos para captação de águas superficiais, destinadas à produção de energia hidroelétrica, entre o Estado Português (representado pela APA) e a Hidro Lourizela, Lda. (representada pela Enerleon – Produção e Gestão de Energia, Lda.). O que eu quero apenas frisar e deixar muito claro é que nos estamos aqui, naturalmente, para defender os interesses dos Coutenses, para defender os interesses dos Severenses e aquilo que peço ao senhor Sérgio Silva é que se junte a nós porque estamos disponíveis para defender sempre e para lutar por uma freguesia e por um concelho melhor. Muito obrigado.----------

O **Presidente da Assembleia Municipal** deu a palavra a Sérgio Soares.----------

Sérgio Soares – Muito obrigado, senhor Presidente. Antes de mais, queria dizer que, quando aqui vim tocar neste assunto não foi pedir nenhum esclarecimento à Câmara Municipal mais uma vez porque nós estamos aqui num órgão totalmente distinto da Câmara, somos a Assembleia Municipal e o objetivo era discutir este assunto no seio da Assembleia Municipal, mas, a Assembleia Municipal, pelos vistos, e pelo que se passou no dia 8 de junho, pouco interesse teve nisto e o Presidente da Câmara veio aqui defender as costas à Assembleia Municipal e ainda bem. Continua-se a refugiar em algumas coisas, falta de informação, que não sabe de nada, que a Câmara está quase em pré-falência. Já agora, também desafio, que comece a cortar nas gorduras da Câmara. Para terminar, e pelos vistos, tem mais informação do que aquilo que parece porque enunciou todos esses pareceres que existem, e muito bem, se quiser eu até partilho esses pareceres todos consigo se não os encontrou nos arquivos da Câmara, pode vir à Junta de Freguesia de Couto de Esteves que nós, alguns deles, e a maior parte da informação temos lá. Só para terminar, este projeto provavelmente vai avançar, mas até ele avançar podíamos aqui fazer um

forcing e trabalharmos um bocado nesse sentido. Relativamente a compensações, está muito bem definido no estudo de incidências ambientais. Esses pareceres que aí estão são inconsequentes e são descontextualizados porque, entretanto, passaram dez anos. Eles estão totalmente desatualizados. Houve a construção do grande empreendimento do Vouga, portanto, esse estudo de incidências ambientais não é compatível com a realidade atual. Passaram dez anos e deveria ser feito um novo estudo de incidências ambientais. A única situação que reverterá, e está bem escrito, não vale a pena estarmos agora a negociar, é perspetivar uma percentagem da produção de energia para a Junta de Freguesia de Couto de Esteves e que nós temos noção de que vai ser uma percentagem muito pequena porque o rio não tem caudal. Muito obrigado.----------

O **Presidente da Câmara Municipal** pediu a palavra ao Presidente da Assembleia Municipal para responder, tendo-lhe sido concedida a palavra.----------

Presidente da Câmara Municipal – Só para responder que, naturalmente, não preciso de defender a Assembleia Municipal em nada. É um órgão soberano e defender-se-á a si próprio. O que apenas fiz foi dizer-lhe que poderá contar connosco naquilo que entender melhor na defesa dos interesses dos Coutenses, que é para isso que aqui estamos. Muito obrigado.----------

O **Presidente da Assembleia Municipal** informou que a Mesa admitia a moção apresentada por Diana Paiva e abriu um período de intervenções sobre a mesma. Foi concedida a palavra a David Alves.----------

David Alves – Boa tarde a todos. Penso que uma das atribuições do executivo é nomear o técnico de contas e o revisor oficial de contas. Não precisam de ter as costas quentes da assembleia para o mandar embora quando quiserem.----------

De seguida, o **Presidente da Assembleia Municipal** deu a palavra a António Monteiro.---

António Monteiro – Muito obrigado, senhor Presidente. Apenas para fazer uma ou duas notas sobre esta moção. O Revisor Oficial de Contas é o auditor de contas do Município, é votado na Assembleia Municipal. Portanto, faz todo o sentido que a Assembleia Municipal se pronuncie. Aquilo que está em cima da mesa é uma proposta do PSD que, face à ausência de resposta que nos permita compreender porque razão é que uma matéria que é grave, como nos foi dito pelo Revisor Oficial de Contas, e que, em concelhos vizinhos constava do relatório, embora não quantificado, mas constava como reparo ou como ênfase do relatório do Revisor Oficial de Contas e, nalguns casos, sendo a mesma pessoa a fazer a revisão em concelhos vizinhos chamou à atenção, porque razão é que, em Sever do Vouga, isso não aconteceu. Nós compreendemos que, sendo esta a situação atual, e havendo, nomeadamente, necessidade como o próprio revisor oficial, confrontado por nós, assumiu de identificar passivos, os ativos não nos preocupam, os passivos sim, passivos que não constam das contas, eu acho que faz sentido recomendar à Câmara que pondere lançar um novo procedimento. Não podemos deixar de ter Revisor Oficial de Contas, mas faz sentido que pondere lançar um novo procedimento e, uma vez em função desse mesmo resultado, verificar que medida pretende tomar em relação ao atual Revisor Oficial de Contas. Há uma coisa que eu não me esqueço, senhoras e senhores deputados municipais. Eu não me esqueço do que se passou aqui no mandato anterior. Eu não me esqueço de quando chamava à atenção para vários problemas que as contas tinham, de ser destratado pela anterior Câmara, dizendo *"mas o senhor questiona o quê, se temos aqui o parecer do Revisor Oficial? Ele faz fé e se o senhor não concorda com ele vá para Tribunal impugnar porque este é um documento autêntico e tem força própria"*. Quem estava cá no mandato anterior lembra-se disso. Lembra-se quando isso me foi respondido por alguém que está sentado aí nessa mesa, à frente, agora na oposição e que, na altura, era da maioria e representava a Câmara. Então, e agora verificamos que, afinal, aquilo que devia estar nesse parecer não estava e que as contas que nos eram ditas, que eram saudáveis, fantásticas, a Câmara era uma Câmara que tinha capacidade financeira para fazer tudo e mais alguma coisa e, afinal, não é assim? E, afinal, há problemas que ainda não foram identificados e que deviam ter sido identificados? Tendo sido, inclusivamente,

objeto de argumento político, nós não podemos deixar de recomendar à Câmara que pondere que medidas pretende tomar em relação ao auditor externo do Município. E essa é uma competência que, afinal, é da Assembleia Municipal. Por isso, faz todo o sentido que a Assembleia recomende à Câmara isso mesmo. Muito obrigado.----------
O **Presidente da Assembleia Municipal** deu a palavra a Diana Paiva.----------
Diana Paiva – Muito obrigada, senhor Presidente. Penso que, na minha intervenção, já fui bastante esclarecedora sobre o sentido desta moção e quando temos profissionais que acabam por prestar um serviço sem a qualidade devida ou sem os objetivos para a qual ela é definida, temos que tomar uma posição e recomendar ao executivo que pondere, precisamente, pôr termo a este contrato e lançar novo procedimento. Muito obrigada.------
Seguidamente, o **Presidente da Assembleia Municipal** passou a palavra a António Dias.--
António Dias – Obrigado, senhor Presidente. Senhor David Alves, diga-me uma coisa, tudo na vida tem uma avaliação, certo? A AdRA, quando entrou neste concelho, tudo o que lhe foi entregue devia ter uma avaliação. Se não foi feita a avaliação, devia ter sido feita. Se não foi feita, é porque eram pessoas incompetentes que geriam a Câmara. Obrigado.----------
O **Presidente da Assembleia Municipal** colocou a moção à votação, tendo o órgão deliberativo aprovado, por maioria, recomendar à Câmara Municipal que pondere pôr fim ao contrato de prestação de serviços outorgado com o atual auditor externo e ser aberto procedimento para contratação de um novo audito externo.----------
Dezanove votos a favor – Alexandre Rocha, Alexandre Tavares, Almiro Machado, Ana Silva, António Cruz, António Monteiro, António Dias, Diana Paiva, Elga Silva, Eugénio Martins, Fernando Rodrigues, Hermínio Martins, Isabel Tavares, José Lemos, Maria Pereira, Patrícia Santos, Paulo Lourenço, Sandra Pereira e Tânia Pinheiro.----------
Oito abstenções – David Alves, João Oliveira, Jorge Graça, José Sousa, Júlio Fernandes, Luís Pedro, Renata Marques e Sérgio Soares.----------
---------- **3 – Período da Ordem do Dia** ----------
3.1 Informação Escrita do Presidente da Câmara Municipal: - O Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.----------
Presidente da Câmara Municipal – Muito obrigado, senhor Presidente. Tendo em consideração as vossas sugestões, alteramos a formatação e inserimos um índice, de modo a permitir um melhor manuseamento do documento. A informação remetida e que todos receberam contém o resumo de todas as atividades relevantes desenvolvidas no período em referência. Tendo em consideração o volume do documento, permitam-me não proceder à leitura do mesmo neste momento. Destacamos a celebração do dia 25 de abril condignamente, a reunião com o Senhor Secretário de Estado das Autarquias Locais, Dr. Carlos Miguel, no dia 9 de maio, a qual nos permitiu dar a conhecer algumas das nossas preocupações e estabelecer um plano de ação para a resolução das mesmas, a visita realizada pelo Turismo Centro no dia 13 de maio e que nos permitiu dar a conhecer o nosso concelho e criar sinergias para o desenvolvimento do turismo no nosso concelho, a primeira reunião da Comissão Municipal de Gestão Integrada de Fogos Rurais de Sever do Vouga, no dia 28 de maio, tendo sido aprovado o Plano Operacional Municipal 2022. Continuaremos a desenvolver todos os nossos esforços no sentido de conseguir implementar as melhores medidas para o concelho e para os munícipes. Muito obrigado.--
O **Presidente da Assembleia Municipal** abriu um período de intervenções e concedeu a palavra a Jorge Graça.----------
Jorge Graça – Excelentíssimo senhor Presidente da Mesa da Assembleia, vai permitir-me um pequeno aparte, pois como fundador e membro da AHT-Associação Humanitária de Talhadas, senti-me um pouco incomodado quando apelidaram a associação uma associação ilegal. Que eu saiba, não tem nenhum mandato. A associação apresenta as declarações de não dívida à Segurança Social, às Finanças, etc. Estamos incluídos no POM, somos reconhecidos em termos da nossa importância para os bombeiros, mas como eu disse, tive a facilidade de falar com o senhor Vice-Presidente e esclarecer este assunto e ele também

admite que a palavra que usou de "ilegalidade" não é exatamente a mais correta. Isto é, efetivamente, nós teremos alguma ilegalidade se atuarmos num terreno de um proprietário sem autorização dele. A nossa zona de atuação é, principalmente, na freguesia de Talhadas e atuamos com a autorização tácita de todos os proprietários. É evidente que, qualquer proprietário que tenha o terreno a arder quer vê-lo o mais rapidamente controlado. Efetivamente, a ilegalidade prende-se com isso. Agora, essa ilegalidade, e eu não quero usar esse termo, esse constrangimento que nós temos, põe-se nalgumas situações. Principalmente, nos apoios que poderíamos ter, da tutela do Ministério da Administração Interna, e não temos. Muitas vezes, somos convocados para teatros de operações por corpos de bombeiros e queremos abastecer o carro onde o dispositivo todo abastece e nós vamos lá e temos de pagar do nosso bolso ou, então, os presidentes de Junta pagam, por acaso Préstimo pagou quando foi a situação de Águeda e, às vezes, a Junta de Freguesia de Talhadas também contribui para isso. Nós não temos autonomia para entrar num terreno e apagar se o proprietário não quiser. Por isso é que nós somos coordenados e atuamos sob a jurisdição dos bombeiros voluntários, ou seja, mal eles chegam eles coordenam e nós trabalhamos sob as ordens deles. Só para clarificar. Ilegalidade é um termo demasiado pesado para classificar a Associação Humanitária de Talhadas. Muito obrigado, senhor Presidente, pela tolerância deste esclarecimento. Vou-me dirigir agora ao senhor Presidente da Câmara. Após a apreciação que consegui fazer do documento apresentado, dado ser impossível fazer uma apreciação global do mesmo, resultado da sua exagerada extensão, apraz-me tecer os seguintes comentários. Continuo a não apreciar a forma extensa, repetitiva e maçuda com que nos apresenta a sua Informação escrita. Sendo esta a terceira do seu mandato e mantendo a forma inicial, depreendo que foi a forma que, de pleno direito, adotou e que vai manter. Como se recorda, no anterior mandato, não houve nenhuma informação escrita apresentada, durante os quatro anos, que não fosse alvo de violentas críticas pelos deputados, na altura da oposição, ao conteúdo das informações apresentadas e principalmente à forma, apesar do esforço do executivo em tentar corresponder às melhorias solicitadas. Em algumas, poucas vezes, houve esse reconhecimento. Se na altura me incomodava as persistentes críticas aos documentos apresentados, principalmente no que respeitava à forma, garanto-lhe que não vou copiar esse caminho, talhado do princípio ao fim do mandato anterior pelos referidos deputados. Portanto, quanto à forma, já disse o que tinha a dizer. Assim, resta-me a apreciação dos conteúdos. No que respeita à sua mensagem, à semelhança do que já tinha acontecido na anterior, realço pela positiva, que se focou, apenas, no presente e no futuro. E é gerindo o presente com foco no futuro que conseguirá desenvolver Sever do Vouga. Apercebi-me que introduziu um novo conteúdo, um índice, que melhora bastante a forma do documento, correspondendo a uma sugestão, aliás uma muito boa sugestão, feita pela senhora deputada Sandra Pereira, do CDS, na última sessão. Já quanto aos reparos que tenho feito, nomeadamente na informação relativa às obras públicas, em que não são indicadas as datas de início nem os prazos de execução, bem como não é apresentada de forma clara se as taxas de execução apresentadas são físicas ou financeiras, nada foi alterado. Evidentemente que se isto persiste, não será por ser eu a solicitar a alteração, mas por qualquer outra razão. Aliás, em abono da verdade, o senhor Presidente da Câmara já se disponibilizou para me esclarecer todas as minhas dúvidas, sobre este e outros assuntos. Contudo, acho que não devo ser só eu ou quem o solicitar a ter esta informação. Todos devem ter acesso a esta informação e é exatamente para isto que este documento terá utilidade. Em relação à E.N. 328, não me apercebi de nenhuma referência na informação escrita. O empreiteiro já retirou as máquinas e ficaram as irregularidades de que temos falado, principalmente no troço entre a ponte de Pessegueiro e o Gineto. Estas irregularidades tenderão a agravar-se com o tempo se nada for feito. A Câmara Municipal de Sever do Vouga deve exercer o seu poder de influência e pressão junto do IP para boa resolução desta situação. No seguimento da resposta que me deu na última sessão em relação a este assunto, em que informou que já tinham pedido esclarecimentos ao IP via e-

mail, mas que ainda não tinham recebido resposta, pergunto se já há essa resposta e qual o teor da mesma? Também não me apercebi de nenhuma referência à ligação rápida de Sever do Vouga à A25. Este era um assunto recorrentemente reclamado ao anterior executivo pelas bancadas da oposição da altura. Atualmente esqueceram este assunto. Reconhecidamente será uma das obras fundamentais para o desenvolvimento do nosso concelho. Tendo em conta que o senhor Ministro das Infraestruturas do anterior e do presente governo, Dr. Pedro Nuno Santos, garantiu publicamente, numa ação de campanha eleitoral para as últimas autárquicas, que esta obra seria feita até 2026, se não estou em erro, com verbas provenientes do leilão da rede 5G, pergunto se este executivo já encetou esforços no sentido de assegurar que esta promessa seja efetiva? Que iniciativas já tomou? Qual o ponto de situação? Não há nenhuma referência de fundo em relação a um assunto cada vez mais premente e urgente. Prevenção de incêndios. Há alguma novidade sobre o pretenso protocolo com o Regimento de Engenharia de Espinho? E em relação às faixas de gestão de combustível? Quase no final do período legal para a sua manutenção, constata-se que nada ou quase nada está feito. Estamos já em período crítico no que a incêndios florestais diz respeito. Já tivemos no nosso concelho dias de risco muito elevado de incêndios e até já ocorreram alguns episódios. Pergunto qual a razão para este atraso na manutenção das faixas de combustível? Está o executivo preparado para as possíveis responsabilidades legais e, principalmente, morais caso ocorra alguma fatalidade? Eu estou preocupado. Nas deliberações podemos constatar que foi aprovada a delimitação da Área de Reabilitação Urbana (ARU), de Couto de Esteves. Mais à frente nos trabalhos estarão mais duas ARUs em apreciação e votação. Pela informação que tenho, as delimitações destas ARUs, nas freguesias, pelo menos em algumas, têm sido feitas sem a colaboração e influência dos senhores Presidentes de Junta respetivos. Não serão os senhores Presidentes de Junta que melhor conhecerão as suas freguesias e melhor saberão definir as delimitações destas ARUs? Por isso, não deveriam ser parte ativa nestes processos? Qual a razão para tal não acontecer, a ser verdade a informação que tenho? Por fim, transportes escolares de Talhadas. Um ponto prévio. Esclareço que este assunto não é uma preocupação recente, pois só de há pouco tempo para cá começou a ser falado neste plenário. Fui até ao penúltimo ano letivo, presidente da Associação de Pais da Escola Básica e Secundária de Sever do Vouga, cargo que desempenhei durante cerca de 6 anos. Ainda continuo nos órgãos sociais. Na qualidade de presidente, tinha assento nas reuniões da comissão de avaliação dos transportes escolares e, desde há muitos anos a esta parte, tenho vindo a evidenciar e a reclamar a situação dos transportes escolares dos alunos de Talhadas. Tal pode ser comprovado pelas atas dessas reuniões ou pelos participantes mais usuais como sejam a senhora Diretora e Subdiretora do AESV ou pela Dr.ª Graciela Figueiredo. Senhor Presidente, tendo em conta a sua referência à realização no passado dia 8, do trajeto dos transportes escolares de Talhadas, pelo senhor Presidente da Câmara acompanhado pela senhora Vereadora da educação, gostaria que nos informasse qual foi o resultado da vossa avaliação aos serviços prestados e se perspetiva alguma melhoria para o próximo ano. Muito obrigado.----------

O **Presidente da Assembleia Municipal** deu a palavra a Sandra Pereira.----------

Sandra Pereira – Obrigada, senhor Presidente da Assembleia Municipal. Começo por cumprimentá-lo, assim como à restante mesa, senhor Presidente da Câmara, restantes vereadores, Assembleia Municipal, senhoras e senhores, comunicação social. É uma intervenção muito curta para, simplesmente, dar o reparo que, tal como Jorge Graça já mencionou, que foi colocado o índice, uma sugestão nossa, a qual nós apreciamos e dizer, também, numa perspetiva mais pessoal, que é notório, também, a diferença no *design* da informação escrita, o que continua a ser detalhada e, cada vez, mais fácil de consultar. Obrigada.----------

De seguida, o **Presidente da Assembleia Municipal** deu a palavra a António Dias.---------

António Dias – Obrigado, senhor Presidente. Mais uma vez, cumprimento o senhor Presidente e restantes bancadas. Senhor Jorge Graça, eu acredito, e fiquei-me a rir, porque,

durante três anos que eu faço parte desta Assembleia, o senhor esteve calado nos transportes e hoje, felizmente, falou nos transportes. Parabéns, senhor Jorge Graça. Até hoje, os alunos de Talhadas eram sacrificados. Dia 8, o senhor Presidente da Câmara, e muito bem, fez uma viagem que é duríssima, e eu falo porque conheço a pessoa que acompanhou o senhor Presidente da Câmara. Ainda bem, senhor Jorge Graça, que hoje deixou de ser presidente da Associação de Estudantes e veio para aqui falar. Muito obrigado. Segundo, senhor Presidente da Câmara, eu vi aqui algumas isenções de taxa relacionadas com a emissão de licenças de ruído, para algumas comissões de festas. Senhor Presidente, se dá para uns, dá para todos. Eu sou das Talhadas, não tenho nada contra ninguém, se lá para um lado qualquer tem que dar para os outros todos eu acho que, se é para uns é para todos porque há pessoas que não sabem que podem pedir, portanto, senhor Presidente, isenta a uns, tem que isentar a todos. Obrigado.----------

O **Presidente da Assembleia Municipal** deu a palavra a Alexandre Tavares.----------

Alexandre Tavares – Muito boa tarde a todos. Excelentíssimo senhor Presidente da Assembleia, senhor Presidente da Câmara Municipal, senhores vereadores, senhores deputados, público em geral. Eu venho aqui falar sobre um ponto, mas não me vou alargar muito. É sobre o Dia da Criança. Dar o louvor, ele foi muito participado, houve muitas atividades para todas as crianças e para todo o público em geral. A minha questão põe-se, principalmente, os parques infantis do Município. Onde é que eles estão, estão fechados, não estão fechados, estão a funcionar com que condições. Poderemos ver esses parques infantis multiplicados, reproduzidos por todo o concelho? Muito obrigado.----------

O **Presidente da Assembleia Municipal** deu a palavra a Jorge Graça.----------

Jorge Graça – Só para esclarecer que eu já não tenho idade para ser presidente da Associação de Estudantes. Era da Associação de Pais. Infelizmente, já não tenho idade para isso e também não estou a pensar em voltar a estudar. Senhor Presidente da Junta de Talhadas, é evidente que eu não falava nas assembleias municipais, aliás, quando eu comecei a falar pela primeira vez neste assunto, nem sequer fazia parte da Assembleia Municipal, como pode ver pela antiguidade das atas registadas. Como tenho sempre oportunidade de falar no sítio certo e nos locais certos, e tinha acesso às pessoas certas, falava no local certo e hora indicada, que era na Comissão de Avaliação dos Transportes Escolares. Aquilo que eu achava que estava mal nos transportes escolares, nessa reunião fazia-o, como fiz. Muito obrigado.----------

O **Presidente da Assembleia Municipal** pediu que António Dias se abstivesse de fazer comentários, pois se pretendia responder, deveria pedir a palavra e a mesma ser-lhe-ia concedida se a bancada do CDS ainda tivesse tempo. Verificada a existência de tempo para a bancada do CDS, o Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra a António Dias.----------

António Dias – Obrigado, senhor Presidente. Senhor membro do PS, eu ainda me lembro do tempo em que o senhor e a sua bancada dizia que o transporte não podia ser gratuito porque estavam à espera de um parecer da CCDR. Estou à espera dele até hoje. A Junta de Talhadas foi pioneira e ainda bem que hoje todos os miúdos do ensino básico e secundário do concelho têm transporte gratuito. Quem começou foi a Junta de Talhadas e os senhores eram contra. Portanto, quero que me digam, aqui, onde é que está o parecer da CCDR. Ainda hoje não o vi. Obrigado.----------

De forma a poder prestar esclarecimentos acerca das intervenções feitas, o **Presidente da Assembleia Municipal** deu a palavra ao Presidente da Câmara.----------

Presidente da Câmara Municipal – Muito obrigado, senhor Presidente. Senhor António Dias, as isenções têm que ser requeridas à Câmara Municipal e são deliberadas em reunião de Câmara. Eu não me recordo de nenhum pedido de isenção que não tenha sido aprovado favoravelmente. Senhor Alexandre Tavares, relativamente aos parques infantis, a maior parte dos parques infantis que encontramos no concelho não estavam em condições para receber as crianças e, por isso, nós tivemos que fechar alguns deles porque, se não, se houvesse uma inspeção da ASAE, a multa que daríamos daria quase para um parque

infantil. Já na segunda-feira vamos avançar com o parque infantil em Pessegueiro, também no Arestal e, em breve, em Dornelas e Silva Escura. Em Couto de Esteves está previsto um parque na obra do Largo do Couto. Também vai ser feito um parque em Rocas. Senhor deputado Jorge Graça, nós, quando introduzimos um índice, foi também a pensar em si para que não ache a documentação demasiado maçuda, mas eu reparei que, apesar de ser extensa, considerou que não chegou. Da próxima vez, vamos tentar ainda ser o mais completos possível. Sobre a E.N. 328, eu não me lembro do senhor deputado Jorge Graça ter feito nenhuma referência quando a estrada estava um caos. Como sabe, a E.N. 328 é da competência do IP e, naturalmente que chamamos a atenção do IP e o IP tem feito ouvidos moucos e, por isso mesmo, fizemos um pedido de parecer e estamos à espera da resposta do parecer para que possamos, junto do IP, exigir a reparação naquelas partes que entendemos que estejam em piores condições, mas não há, nesta fase, resposta do IP. Ligação rápida à A25, eu percebo que o senhor reconhece, em mim, grandes capacidades, mas eu não sou capaz de resolver, em oito meses, aquilo que não se resolveu em trinta e dois anos. Aquilo que nós temos feito é falar com os deputados, aliás, vamos ser recebidos pelos deputados na Assembleia da República e vamos falar, precisamente, deste assunto. Em reunião da CIRA, nos assuntos que a CIRA vai discutir com o governo, este vai ser um assunto referido. Está no Orçamento de Estado, como sabe. Tenho ligado frequentemente para o IP, a fase do projeto ainda não há uma empresa que conheçamos que vá fazer o projeto que depois tem dois anos para fazer o projeto e, depois, será necessário abrir concurso para a sua execução. Eu sei que é um assunto que é, de facto, muito importante para o concelho, mas não é, seguramente, minha culpa que não exista uma ligação rápida à A25 nesta fase. O transporte escolar em Talhadas, confesso que eu nasci e cresci em Sever do Vouga e não tinha o hábito de andar nos transportes e, de facto, fiquei sensibilizado com o facto daquelas meninas e daqueles meninos terem que acordar tão cedo e fazerem aquele trajeto. Fico muito contente por saber que a estrada das Arcas, que foi sem dúvida o percurso pior, que vá ser pavimentada, por nós, em breve e que vai, de alguma forma, diminuir o transtorno que eles passam. Estamos a preparar os transportes para o próximo ano. Eu percebo que nunca foi uma preocupação vossa e percebo que agora seja porque agora estão na oposição e convém que seja. Infelizmente, é o que eu tenho que lidar. Sobre fogos florestais, eu nunca ouvi referir os fogos florestais no anterior executivo e é algo que me perturba e me magoa, digo-lhe com sinceridade. Sabe o que é isto a amarelo? Era o que os senhores deviam ter limpado o ano passado. Sabe o que é que limparam? Zero. O senhor defende o PS. É o Partido Socialista que devia ter limpado. Nem pense que me vai culpar moralmente ou legalmente por aquilo que os senhores não fizeram. Não lhe admito isso. Tenho estado muito preocupado. Começamos do zero, fizemos um plano de defesa da floresta, fizemos um plano operacional municipal. Os senhores não fizeram nada. Têm multas desde 2019. Não fizeram nada e nós, agora, temos que fazer tudo em oito meses aquilo que os senhores não fizeram em vinte anos. Peço desculpa, não posso aceitar isso. Só para terminar, eu acho que é muito importante assumirmos responsabilidades. A questão dos incêndios, não tenho dúvidas que este ano vai ser um ano muito sensível aos incêndios. Nós estamos muito preocupados, mesmo muito preocupados e eu sei que nos vão exigir responsabilidades de tudo que a vós nunca exigiram. Aliás, nós nunca vos exigimos essas responsabilidades, mas os senhores vão-nos exigir porque é assim que os senhores trabalham e o senhor, que está numa associação humanitária dos bombeiros, é assim que o senhor trabalha. Eu tenho família, sou casado, sou filho, sou pai e o senhor está-me a perguntar se eu não reconheço a responsabilidade que posso assumir? Eu reconheço. Eu tenho pena é que os senhores não tenham feito rigorosamente nada, estes últimos anos, para tratar desta situação e, num dia em que comemoramos cinco anos da tragédia de Pedrógão, vir o senhor exigir a mim responsabilidades por aquilo que os senhores não fizeram, peço-lhe imensa desculpa, mas fica-lhe muito mal. Muito obrigado.----------

Antes de passar a palavra a Jorge Graça, o **Presidente da Assembleia Municipal** esclareceu que tinha tido o cuidado de enviar uma exposição feita pelo município ao IP, a propósito das deficiências na execução da pavimentação da E.N. 328, a todos os membros da Assembleia Municipal.----------

Jorge Graça – Senhor Presidente, acabou por dizer muita coisa e apontou-me o dedo e deve estar confundido porque eu nunca fiz parte do executivo. Aliás, o senhor Presidente é que fez parte do anterior executivo. Parece que, às vezes, esquece disso. Não estamos aqui para avaliar o anterior executivo. Já foi avaliado estrondosamente pela população que lhe deu uma derrota, inesperada por todos, inclusivamente por vocês, e deu-vos a vitória. O que está aqui em apreciação é aquilo que vocês estão a fazer e quem deve ser avaliado, neste momento, são vocês. Portanto, os erros do passado não podem continuar a justificar os erros do presente, é só isso. E, depois, a minha pergunta foi no sentido positivo, era dizer o que é que está a pensar fazer, quando é que vai fazer essas coisas em termos de limpeza das faixas de combustível e o senhor anda aí com acusações, para trás e para a frente. Não era minha intenção provocá-lo a esse ponto, mas começo a perceber que é muito sensível. Não era essa a minha intenção. Só quero é esclarecimentos e alertar para a situação porque a falta de limpeza das faixas de combustível, do ano passado, já tiveram as suas consequências. É as de este ano que interessam. Muito obrigado.----------

O **Presidente da Assembleia Municipal** preveniu o Presidente da Câmara de que não se tinha pronunciado sobre uma questão suscitada por Jorge Graça, no sentido de saber se o município tinha feito alguma diligência junto do senhor Ministro Nuno Santos, relacionada com uma promessa eleitoral feita em Sever do Vouga, a propósito da ligação à A25.--------

Presidente da Câmara Municipal – Fez, solicitou audiência junto do senhor Ministro e do senhor Secretário de Estado e, até agora, ainda não fomos recebidos. De qualquer forma, na reunião que tivemos, em Lisboa, falámos sobre esse assunto com o senhor Secretário de Estado.----------

O **Presidente da Assembleia Municipal** agradeceu o esclarecimento.----------

Presidente da Câmara Municipal – Relativamente à questão do senhor Jorge Graça, eu não tenho qualquer sensibilidade relativamente a este assunto. Agora, aquilo que eu não percebo é que, como é que, durante três anos, o senhor nunca refere o assunto, ainda mais tendo uma associação humanitária das Talhadas que trata de incêndios. Para si nunca foi uma preocupação a limpeza das faixas de gestão de combustível e, neste momento, é. Aquilo que eu lhe posso dizer é que já avançamos com o procedimento. Nós tivemos que fazer os mapas, tivemos que retificar os mapas existentes que estavam completamente desatualizados e vamos avançar com o procedimento para a limpeza. Basicamente, do ponto de vista financeiro, não é possível recuperar os três anos perdidos. Aquilo que vamos tentar é, paulatinamente e gradualmente, fazer com que, à medida do plano de ação, façamos as limpezas. Lamento que esteja prontinho que haja um incêndio para me apontar o dado. Acho lamentável esse facto, mas estou à espera que o faça. Sinceramente, estou. Muito obrigado.----------

Seguidamente, o **Presidente da Assembleia Municipal** deu a palavra a Jorge Graça.-------

Jorge Graça – Só para esclarecer que eu não estou para apontar o dedo a ninguém. Só estou a alertar para a resolução dos problemas. Já agora, já fez duas referências que nós nunca falamos nisso. Eu falei muitas vezes. Aliás, em todas as reuniões que tinha, ao abrigo da AHT, falo da minha preocupação sobre a situação dos incêndios e, também, nas assembleias municipais mais do que uma vez e, se calhar, mais do que uma pessoa. Estou a ver ali a Renata que fez algumas intervenções nesse sentido. Era só para esclarecer isso. Mas, isso não é importante. O importante é a resposta que agora deu, que já está a preparar algumas coisas e era a essa resposta que se devia cingir. Dizer o que é que está a fazer e quando é que vai fazer. Agora, se quiser entrar nessa troca de argumentos, estou perfeitamente disponível para isso. Muito obrigado.----------

3.2 ANAM – Associação Nacional das Assembleias Municipais: - O **Presidente da Assembleia Municipal** explicou que o ponto em apreço tinha sido introduzido pela Mesa,

na sequência de uma intervenção sua numa das outras assembleias municipais que terá sido realizada a seguir ao congresso da ANAM onde estive presente com o Primeiro Secretário a título de observadores. Afirmou terem ficado bem impressionados com aquela associação, com o seu trabalho, com a ajuda que pode dar a todos os membros da Assembleia Municipal, quer a nível de pareceres, de formação ou de documentos. Referiu que a Mesa considerava justificável a apresentação da proposta de adesão e que deixaria a mesma à apreciação do órgão deliberativo. Afirmou que, quantos mais forem inscritos, naturalmente mais força terão as Assembleias Municipais como expoente máximo do poder local democrático que são. Mais disse que a ANAM não pretendia ser um contrapoder à Associação Nacional de Municípios, mas sim uma associação dedicada especificamente aos problemas das assembleias municipais e aos problemas dos elementos que as compõem. Feita a introdução, abriu um período de intervenções.----------
O **Presidente da Assembleia Municipal** deu a palavra a António Monteiro.----------
António Monteiro – Obrigado, senhor Presidente da Mesa. Senhoras e senhores deputados municipais, senhor Presidente da Câmara. Apenas para dizer que estamos em sintonia com a Mesa quando apresenta esta proposta naquilo que é, no fundo, o enquadramento que a Associação Nacional de Municípios dá ao funcionamento das autarquias locais hoje em dia. Nós sentimos que tem, claramente, um pendor muito preocupado com aquilo que são as responsabilidades de governabilidade das autarquias, o que significa que a Associação Nacional de Municípios, embora os senhores presidentes das assembleias estejam também associados, a Associação Nacional de Municípios tem muito presente a preocupação dos senhores presidentes de câmara, que é legítimo, que têm que negociar com a Administração Central matérias tão sensíveis como a descentralização nas autarquias, mas as assembleias municipais têm uma natureza própria que advém do facto de não serem apenas órgãos em que o pendor dominante é do partido que governa a autarquia, nas assembleias municipais estão representadas todas as forças políticas, as maiorias, as oposições, os senhores presidentes de junta e, por isso, têm uma natureza especial que justifica também ter um apoio diferenciado, um apoio especial. E, do mesmo modo que, quando iniciei aqui funções como deputado municipal, no mandato anterior, fui insistindo sempre com a mesa anterior e reiterei a defesa do mesmo princípio, que é aquilo que diz respeito à autonomia, se quisermos, de funcionamento da Assembleia Municipal enquanto órgão do município, naquilo que são os meios que é importante que a Assembleia Municipal tenha à sua disposição para poder representar os munícipes. Do mesmo modo sinto e estou, por isso, de acordo com o senhor Presidente que, fazer parte de uma associação em que, essencialmente, são essas as preocupações que são partilhadas, em que temos as várias mesas e os vários representantes das diferentes forças políticas e que, nalguns casos, são maioria e noutros casos, são oposição, que é importante que exista esse fórum no qual possamos participar e que, no fundo, torne mais robusto o funcionamento da nossa assembleia em que, tal como, ainda há pouco, saudámos, temos vindo a dar passos muito importantes como a sua descentralização de funcionamento como está a acontecer aqui hoje, como a transmissão das suas reuniões, como a importante presença do público que hoje aqui nos acompanha e que quero também saudar porque são pessoas que se estão a interessar pelo funcionamento daquilo que é o órgão que as representa junto do município, portanto, sabermos partilhar essas experiências com quem tem as mesmas preocupações que nós e que tem a ver com esta natureza própria deste órgão, eu acho que é importante. Claro que a Associação Nacional de Municípios tem um papel que é insubstituível naquilo que é o relacionamento das autarquias com a Administração Central para negociar, conforme disse, matérias sensíveis como a descentralização, mas, neste ponto, nós estamos de acordo que se estude e se aprofunde esta relação com as outas assembleias municipais. Muito obrigado.----------
De seguida, o **Presidente da Assembleia Municipal** deu a palavra ao João Oliveira.--------
João Oliveira – Mais uma vez, muito boa tarde a todos. Tendo em conta o objetivo essencial da ANAM, que é a valorização do papel das assembleias municipais na

organização democrática dos municípios, entendemos que a nossa eventual adesão à mesma poderá contribuir para o reforço das competências e das condições de funcionamento desta assembleia. Esta eventual adesão poderá e deverá ainda contribuir para dar uma maior visibilidade ao trabalho desta assembleia e para introduzir melhorias no seu funcionamento. Mas, não tenhamos ilusões. Não basta ser associado. Se não formos intervenientes e exigentes perante a ANAM, a minha experiência de trabalho com este tipo de associações diz-me, que de muito pouco ou de nada valerá sermos associados. Compete-nos a todos nós, e em especial ao Presidente desta Assembleia, fazermos a nossa parte. Partindo do pressuposto de que iremos ser atuantes junto da ANAM, face aos benefícios que daí poderemos retirar somos favoráveis a esta adesão. Obrigado.----------

Respondendo à intervenção de João Oliveira, o **Presidente da Assembleia Municipal** informou que a ideia era participar e colher os benefícios de adesão à associação, fazendo referência à correspondência enviada pela ANAM, com propostas para formações e uma série de outros assuntos, que reencaminhava para todos os membros da assembleia. Por fim, disse estar convencido de que, ao serem associados, terão um caudal de informação muito maior.----------

Colocado este ponto à votação, o órgão deliberativo aprovou, por unanimidade, solicitar à Câmara Municipal a organização do processo de adesão à ANAM – Associação Nacional das Assembleias Municipais, com o respeito das normas que regulam essa matéria.----------

3.3 Delimitação da Área de Reabilitação Urbana (ARU) de Cedrim e Paradela: - Foi presente uma proposta da Câmara Municipal para a delimitação da Área de Reabilitação Urbana (ARU) de Cedrim e Paradela, que tem como base o documento elaborado pela Divisão de Administração do Território e que inclui a memória descritiva e justificativa, a planta com a delimitação da área abrangida e o quadro dos benefícios fiscais associados aos impostos municipais.----------

O **Presidente da Assembleia Municipal** deu a palavra ao **Presidente da Câmara Municipal**.----------

Presidente da Câmara Municipal – Muito obrigado, senhor Presidente. As Áreas de Reabilitação Urbana (ARU) são, nos termos do Regime Jurídico da Reabilitação Urbana, áreas urbanas habitacionais onde edifícios degradados ou obsoletos, infraestruturas, equipamentos de uso coletivo e zonas verdes, pelas suas condições de uso, solidez, segurança, estética ou salubridade, necessitam de obras que visam a sua reabilitação urbana. Cabe às assembleias municipais a deliberação relativa à delimitação das ARU mediante proposta da câmara municipal. A aprovação implica a atribuição aos proprietários de benefícios fiscais associados aos impostos municipais sobre o património. As vantagens são fiscais (IMI) Os prédios que tenham sido objeto de ação de reabilitação ficam isentos de IMI por um período de 5 anos, a contar do ano, inclusive, da conclusão da ação de reabilitação, podendo a isenção ser renovada por um período adicional de 5 anos. A aquisição dos trabalhos de reabilitação urbana ser cobrada uma taxa reduzida do IVA a 6%. Também têm acesso a apoios e incentivos financeiros para a reabilitação dos imóveis. Não existe limite do número de ARU por município, assim cada município pode determinar tantas ARU quantas as que considere necessárias. O nosso objetivo é a criação de uma ARU em cada freguesia. A Câmara Municipal é autónoma na decisão. A Câmara Municipal propõe e a Assembleia delibera em função da proposta. “Hoje uma, amanhã outra.” Uma ARU tem uma validade de três anos. Os edifícios de ARU abrangidos pelos benefícios e incentivos são os prédios urbanos, ou frações autónomas, concluídos há mais de trinta anos ou que se encontrem em áreas de reabilitação urbana, desde que cumpram cumulativamente os seguintes requisitos: sejam objeto de reabilitação de edifícios, nos termos do Regime Jurídico da Reabilitação Urbana, isto é, ocorra a reabilitação efetiva do imóvel no seu todo. Após conclusão da reabilitação proposta, o estado de conservação do imóvel esteja dois níveis acima do anteriormente atribuído e tenha, no mínimo, um nível bom. Devem ainda ser cumpridos os requisitos de eficiência energética e de qualidade térmica. Desta forma, estão excluídos os prédios rústicos pelo teor do artigo 45º, n.º 1 do

Estatuto dos Benefícios Fiscais. Foram feitas algumas perguntas, no seguimento da última Assembleia Municipal, sobre o que era uma ARU, sobre o que eram as vantagens da ARU, penso que fui sucinto na resposta e perguntaram-me se havia alguma desvantagem. Eu não conheço nenhuma desvantagem, daí que tenhamos feito isto e pretendemos criar uma ARU em cada uma das freguesias. Muito obrigado, senhor Presidente.----------
O **Presidente da Assembleia Municipal** abriu um período de intervenções, dando a palavra a Jorge Graça.----------
Jorge Graça – Mais uma vez, boa tarde a todos. Considerem-se cumprimentados na pessoa do senhor Presidente. Era só para repetir a pergunta que fiz e que também não me foi respondida na minha intervenção anterior. Na delimitação destas áreas de reabilitação urbana, os presidentes de junta, sabendo e reconhecendo que a Câmara tem competência para apresentar a proposta, mas se os presidentes de junta foram ouvidos na definição dessas ARU. Muito obrigado.----------
O **Presidente da Assembleia Municipal** deu a palavra a António Monteiro.----------
António Monteiro – Muito obrigado, senhor Presidente da Mesa. Senhoras e senhores deputados, senhor Presidente da Câmara. Eu não posso deixar de ficar, às vezes, perplexo com as perguntas que aqui foram colocadas, nomeadamente ainda agora pelo nosso colega Jorge Graça porque eu ainda me lembro do mandato anterior. Às vezes é importante ter memória e quando foi apresentada, no mandato anterior, a ARU de Sever do Vouga aquilo que nós propusemos foi que os núcleos das freguesias também fossem abrangidos por ARUs porque isso dá isenções fiscais importantes, para fazer a reabilitação daqueles núcleos habitacionais, para que as pessoas possam pagar impostos mais baixos, menos IMI, mas principalmente, menos IVA nas empreitadas. Pagar 6% ou pagar 23% não é a mesma coisa. E, bem me lembro da resposta que foi dada. Que isso não fazia sentido absolutamente nenhum, que isso nem era permitido porque as ARU eram só para as zonas urbanas e a única zona urbana que existia era Sever do Vouga. Portanto, as freguesias não podiam ter ARU. Convém que sejamos responsáveis quando debatemos estas matérias. A posição do Partido Socialista, que o senhor deputado Jorge Graça apoiou, foi que não devia haver ARU em Cedrim e Paradela, em Couto de Esteves, em nenhum desses núcleos e basta ir ver a ata da Assembleia Municipal em que isto foi debatido. Bem sei que, depois, lá para os finais da campanha eleitoral, de repente, descobriram que, nas outras autarquias, estava a ser feito, nomeadamente numa autarquia CDS aqui ao lado. E, quando perceberam que, afinal, até tínhamos razão, correram atrás e começaram a falar naquilo que tinham recusado na Assembleia Municipal. Tinham-nos tratado como se fôssemos tontos *"porque os núcleos das freguesias não são centros urbanos, era o que faltava*". Só Sever é que podia ter ARU. Portanto, vamos lá ver se nos entendemos. Ainda bem que estamos todos de acordo que é importante que exista ARU nos centros de cada freguesia porque é do interesse do concelho que seja os proprietários a conseguir ter impostos mais baratos para reabilitar aquilo que é seu. Vamos em frente, vamos embora. Muitos parabéns à Câmara por estar a avançar, em tão curto espaço de tempo, com estas propostas porque a proposta da ARU de Sever do Vouga só veio no final do mandato. Já ninguém conseguiu utilizar, no mandato anterior, essa mesma prorrogativa. Portanto, vamos trabalhar no sentido de permitir que haja a reabilitação do edificado nos centros das freguesias porque todas elas merecem esta atenção por parte desta Câmara de Sever do Vouga que, infelizmente, não a sucedeu no passado. Muito obrigado.----------
De seguida, o **Presidente da Assembleia Municipal** deu a palavra a Sérgio Soares.---------
Sérgio Soares – Muito obrigado, senhor Presidente. Antes de algumas questões técnicas, também queria vender o meu peixe e dizer que, antes da proposta do CDS, também já tinha aqui vindo propor que as áreas de reabilitação urbana fossem alargadas aos centros das freguesias porque, obviamente, um concelho forte só pode ser forte se tiver freguesias fortes. A de Couto de Esteves já veio aqui na assembleia passada e antes do senhor Presidente da Câmara responder à pergunta, para já quero dizer, a quem não esteve na última sessão e ao público presente, que, relativamente a essa área de reabilitação urbana

não tiveram em conta nenhuma opinião do presidente da junta, nem do executivo da Junta de Freguesia de Couto de Esteves. Relativamente a estas, estive a ver e não tenho encontrado algumas questões mais técnicas, mas eu acho que era importante este documento e que é importantíssimo estas áreas de reabilitação até por uma questão de desenvolvimento integrado, coerente do concelho mais alguma informação. A área física, concreta, não temos aqui quantos hectares, quantos metros quadrados, que número de edifícios, algumas questões mais técnicas que eu acho que eram importantes de forma a, também, todas estas áreas de reabilitação urbana serem proporcionais e equilibradas e que fizessem, realmente, com que o concelho fosse equilibrado e mais desenvolvido. Muito obrigado.----------

O **Presidente da Assembleia Municipal** deu a palavra ao Presidente da Câmara.----------

Presidente da Câmara Municipal – Muito rapidamente, apenas para dizer que, de facto, nós somos presos por ter cão e não ter. Se nós não criamos é porque não criamos, se nós criamos é porque não está a cem por cento. É normal que não esteja a cem por cento. No caso da ARU do Couto, nós criamos com alguma rapidez porque estamos a desenvolver uma obra, a reabilitação do Largo do Couto, e queríamos que a ARU fosse criada com urgência para podermos apresentar uma candidatura. Felizmente, criamos e é o mais importante. Relativamente à questão colocada, foi solicitado expressamente ao técnico que contactasse os presidentes de junta e o técnico, Dr. Hélder, está absolutamente disponível para colaborar com todos os presidentes de junta na prestação de todo o tipo de esclarecimentos.----------

Terminadas as intervenções, o **Presidente da Assembleia Municipal** colocou este ponto à votação.----------

O órgão deliberativo aprovou, por unanimidade, a delimitação da Área de Reabilitação Urbana (ARU) de Cedrim e Paradela, ao abrigo do artigo 13º n.º 1 e artigo 14º alínea a) do Decreto-Lei n.º 307/2009, de 23 de outubro, republicada pela Lei n.º 32/2012, de 14 de agosto.----------

3.4 Delimitação da Área de Reabilitação Urbana (ARU) de Pessegueiro do Vouga: - Foi presente uma proposta da Câmara Municipal para a delimitação da Área de Reabilitação Urbana (ARU) de Pessegueiro do Vouga, que tem como base o documento elaborado pela Divisão de Administração do Território e que inclui a memória descritiva e justificativa, a planta com a delimitação da área abrangida e o quadro dos benefícios fiscais associados aos impostos municipais.----------

O **Presidente da Assembleia Municipal** deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.----------

Presidente da Câmara Municipal – É exatamente a mesma coisa que disse há pouco. Eu só queria acrescentar um pormenor. Como o senhor Presidente e toda a gente já notou, é um pormenor que eu encaro com muita sensibilidade que tem a ver com a floresta. Conforme a informação já prestada, tem sido celebrado um protocolo do Exército. Após a indicação do Regime de Engenharia n.º 3, foi remetido um pedido de colaboração ao Chefe de Estado Maior das Forças Armadas para a autorização do protocolo. Foi autorizado, superiormente e quinta-feira será efetuado o reconhecimento dos trabalhos por militares do Regimento de Engenharia n.º 3 e, se não todos, a maior parte dos presidentes de junta já foi contactada no sentido de se fazer isso. Por isso, como vê, temos trabalhado muito nesse sentido.----------

O **Presidente da Assembleia Municipal** questionou o Presidente da Câmara se a sua intervenção estava relacionada com a ARU ou se era uma informação adicional.----------

Presidente da Câmara Municipal – Diretamente, não. Conforme eu disse, como já devem ter reparado, a questão dos incêndios e da floresta, para nós, é muito sensível, nomeadamente para mim e para o senhor Vice-Presidente porque, de facto, não tenho dúvidas que seremos sufragados, ao longo deste verão, por incêndios muito violentos e, por isso, quinta-feira o exército estará a visitar os caminhos florestais nas freguesias, em que é necessário intervir, para chegarmos a um acordo.----------

De seguida, o **Presidente da Assembleia Municipal** deu a palavra a Sérgio Soares.---------
Sérgio Soares – Muito obrigado, senhor Presidente. A minha intervenção tem a ver com esta área de reabilitação urbana e com todas as áreas de reabilitação urbana. A minha pergunta é para o senhor Presidente da Câmara porque, se calhar, eu não percebi bem quando o senhor Presidente disse que todos os presidentes de junta se poderiam dirigir ao Dr. Hélder para questionar eventuais situações. A área de reabilitação urbana de Couto de Esteves, a de Pessegueiro, a de Cedrim e Paradela, já foram aprovadas, ou vão acabar de ser aprovadas nesta assembleia e eu pergunto se é para as que vêm a seguir ou se, para as que já estão aprovadas, ainda podemos colocar questões e ser intervenientes nelas. Para terminar, nem nunca tudo está bem, simplesmente anteriormente fiz aqui uma intervenção que podem-se melhorar as áreas de reabilitação urbana colocando mais informação sobre elas. Relativamente à de Couto de Esteves, nem está bem, nem está mal. Foi o que o executivo definiu e está definida. Muito obrigado, senhor Presidente.----------
O **Presidente da Assembleia Municipal** deu a palavra a David Alves.----------
David Alves – Renovo os cumprimentos a todos presentes. O senhor Presidente da Câmara falou sobre os benefícios fiscais, sobre a redução do IMI e eu queria saber se, a nível da Câmara Municipal, e dos tributos da Câmara Municipal, se também há algum aligeirar ou algum procedimento para minimizar os custos nos projetos, nas taxas, ou seja, falámos nos benefícios fiscais, falámos do IMI, mas a nível da Câmara Municipal há também procedimento para aligeirar o custo da construção dos projetos?----------
Seguidamente, o **Presidente da Assembleia Municipal** deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.----------
Presidente da Câmara Municipal – Acho que é uma boa ideia. Podemos ir por aí, naturalmente o regulamento terá que ser alterado. Em resposta a Sérgio Soares, dizer que, para mim, foi um orgulho enorme fazer a primeira ARU fora da sede do concelho no Couto de Esteves, que é a terra da minha avó e eu tenho uma costela Coutense. Fazer aquela obra grande está-se a trabalhar mais este ano do que nos últimos, se calhar, vinte anos, no Couto e, para mim, é um enorme orgulho fazer parte e fazer história no Couto de Esteves. O senhor pode colocar todas as questões sobres esta e sobre futuras ARU aos técnicos todos que entender da Câmara Municipal. Aliás, o senhor vai todos os dias à Câmara Municipal, portanto, pode colocar sempre a todas as pessoas. Nunca ninguém deixou de lhe responder. O senhor está à vontade para isso. Muito obrigado.----------
O **Presidente da Assembleia Municipal** disse crer que a questão tinha mais a ver com a possibilidade de os senhores presidentes de junta proporem alterações às ARU.----------
Presidente da Câmara Municipal – Naturalmente podem propor alterações às ARU.------
Terminadas as intervenções, o **Presidente da Assembleia Municipal** colocou este ponto à votação.----------
O órgão deliberativo aprovou, por unanimidade, a delimitação da Área de Reabilitação Urbana (ARU) de Pessegueiro do Vouga, ao abrigo do artigo 13º n.º 1 e artigo 14º alínea a) do Decreto-Lei n.º 307/2009, de 23 de outubro, republicada pela Lei n.º 32/2012, de 14 de agosto.----------
3.5 Estatuto de Direito de Oposição – Relatório de 2021: - Foi apresentado à Assembleia Municipal o Relatório de Avaliação do Estatuto de Direito de Oposição referente ao ano de 2021, aprovado pelo órgão executivo na reunião de Câmara de 08 de junho de 2022.--------
O **Presidente da Assembleia Municipal** – Em primeiro lugar, quero dizer que me congratulo pelo facto de ter sido dado cumprimento a esta obrigação legal tal como tinha falado na última assembleia municipal, portanto, mais vale tarde do que nunca. Passo a palavra ao Presidente da Câmara Municipal sobre esta matéria.----------
Presidente da Câmara Municipal – Apenas para dizer que, naturalmente, me congratulo pela existência deste relatório. É a primeira vez que eu vi este relatório na Câmara Municipal. Poderá não ser perfeito, nós não tínhamos nenhum documento onde nos basearmos, uma vez que desconhecemos que o antigo executivo o tenha feito alguma vez.

Quero, apenas, lamentar que neste primeiro relatório o executivo camarário do PS tenha votado contra. Muito obrigado.----------
O **Presidente da Assembleia Municipal** abriu um período de intervenções, concedendo a palavra a João Oliveira.----------
João Oliveira – Mais uma vez, muito boa tarde. Após análise deste Relatório de avaliação anual do grau de observância do Estatuto do Direito da Oposição e de o compararmos com os relatórios de outras autarquias, com a dimensão aproximada da nossa, constatamos que o mesmo é demasiado sucinto. No nosso entendimento, a sua apresentação também poderia ter sido mais cuidada. Ainda, no nosso entender este relatório deveria fazer a transcrição de alguns dos principais direitos, constantes do Decreto-Lei n.º 24/98, de 26 de maio, para realçar os direitos da oposição, consagrados na Constituição da República Portuguesa. Não refere explicitamente alguns importantes direitos da oposição. A título de exemplo menciono: O Direito de Participação (artigo 6º), que passo a citar: "*Aos titulares do Direito de Oposição é-lhes conferida a possibilidade de se pronunciarem e de poderem intervir, por quaisquer meios legais ao seu dispor, sobre toda e qualquer questão de interesse público relevante, consagrando igualmente o direito à presença e participação em todos os atos ou atividades oficiais que, pela sua natureza, assim o justifiquem".* Nos parágrafos Avaliação e Deliberações, entendemos que o relatório é muito vago. Na rubrica Informação Solicitada, constante do parágrafo Avaliação, é referido que, no período respeitante ao anterior executivo, "*não foi devidamente formalizada a resposta a todos os pedidos formulados por escrito ou apresentados nas reuniões do órgão executivo".* E nós perguntamos, com o atual executivo as respostas a todos os pedidos da oposição estão a ser devidamente formalizadas e, mais importante, estão a responder clara e detalhadamente a todas as questões colocadas? Relativamente à Informação de Interesse Municipal, também pode ser melhorada, por exemplo, com a indicação para cada empreitada da data acordada contratualmente para a sua conclusão. Referir apenas o prazo de execução é muito pouco, se não soubermos a sua data de início. Procurámos fazer uma análise realista deste documento, não com interesse em criticar por criticar, mas com base exclusivamente no seu conteúdo, na sua apresentação e também, naturalmente, procurando compreender por que motivo ou motivos ele é bastante diferente de todos os outros que analisámos. Na nossa interpretação é diferente de todos os outros que analisámos porque o atual executivo pretende marcar a sua postura pela diferença. Está no seu direito. Também é diferente porque, no nosso entender, o atual executivo quis aproveitar mais esta oportunidade para se evidenciar, através das referências que faz ao anterior executivo, com isso, tentando atingir toda a oposição. Senhor Presidente da Câmara Municipal, todos nós fomos eleitos para servir a comunidade severense, para contribuirmos para a resolução dos problemas das pessoas deste concelho e para o desenvolvimento social, económico, cultural e ambiental de Sever do Vouga. Cada um de nós tem o seu papel nesta tarefa, que é de todos, naturalmente. E como é que conseguimos prestar um melhor serviço à comunidade severense? Com trabalho, com dedicação, e sobretudo com mais tolerância e com mais colaboração entre todos nós. Da nossa parte, temos colaborado com o atual executivo, com a nossa aprovação dos principais diplomas apresentados, com a nossa participação ativa e com as nossas ideias e sugestões realistas. Assim continuaremos, sempre focados no bem-estar dos severenses no desenvolvimento deste concelho. Cabe ao executivo fazer a sua parte. Obrigado a todos.----------
De seguida, o **Presidente da Assembleia Municipal** deu a palavra a Paulo Lourenço.------
Paulo Lourenço – Sintam-se todos cumprimentados na pessoa do senhor Presidente. Tenho aqui a minha cábula, como sempre trago, mas vou fazer um pequeno parêntesis antes da cábula. Vou dar, e desculpem o calão, uma abébia ao senhor João Oliveira porque ele não esteve cá no mandato anterior e o facto de ele ter que se basear noutras Câmaras para conseguir ter um relatório demonstra que, de facto, não havia relatórios e só vem provar que ele teve mesmo que pesquisar fora. Este é o meu segundo mandato e é a primeira vez que aparece um relatório para lermos. É o primeiro a que tenho acesso. Há-

que dar os parabéns ao executivo, se durante o outro mandato em que estive durante quatro anos nunca houve tempo para fazer um, se agora há um, nem que seja mal feito ou aldrabado, é melhor do que nenhum. Temos, aqui, um relatório, e eu também não sou doutor nem engenheiro destas situações, e vou já ser muito direto e claro. Precisava que o senhor Presidente fizesse um pequeno esclarecimento sobre o Ponto 2 da Avaliação. Mais uma vez, muito obrigado por terem feito um relatório para eu poder vir cá falar, porque, até agora, nem relatório havia. Muito obrigado.----------
Seguidamente, o **Presidente da Assembleia Municipal** deu a palavra a António Monteiro.
António Monteiro – Muito obrigado, senhor Presidente. Queria começar por pedir desculpas ao senhor João Oliveira porque, quando fez aqui a sua intervenção, eu não consegui conter o riso e digo-lhe que não foi por maldade. Melhor dizendo, só por maldade é que alguém da sua bancada o encarregou de fazer a intervenção que fez. Só por maldade da sua bancada porque, com toda a franqueza, o senhor João Oliveira não tem culpa porque não esteve cá no mandato anterior, portanto, não sabe o que aconteceu no mandato anterior. Quando falamos no Estatuto de Direito de Oposição, há um conjunto de direitos que a oposição tem e que nós fizemos questão, no mandato anterior, de os vincar. O senhor João Oliveira tem noção de que houve um orçamento que foi proposto sem que tivesse havido a consulta prévia dos partidos em relação à sua elaboração, como é obrigatório por lei? Tem noção que isso aconteceu no mandato anterior? É que nós temos. Foi violado, flagrantemente, o direito de oposição que é os partidos serem ouvidos, previamente, sobre a elaboração do orçamento. Nós chamámos a atenção do senhor Presidente da Câmara da altura. Mais, também lhe dissemos que era obrigatório haver este relatório. Nunca foi feito. Portanto, criticar aquilo que é um sinal de transparência e de respeito pela oposição que confronta com a falta de respeito pela oposição que houve no mandato anterior, com toda a franqueza, se estivesse informado do que tinha acontecido, provavelmente, a sua intervenção não teria sido exatamente igual. O senhor João Oliveira sabe, por exemplo, que foi pedido, inúmeras vezes, ao Presidente da Câmara, que nos fosse apresentado o relatório sobre o que é que se tinha passado na empreitada do Ecocentro que levou a que fosse feita suspensão de prazos da empreitada que, obviamente, favorecem o empreiteiro, e em que nos foi dito que teria havido um erro de projeto e nós perguntámos de quem é que é a responsabilidade. Nós pedimos que fosse feito um relatório que especificasse quem era o responsável pelo derrapar daquela empreitada, se era o projetista, se era quem tinha feito o levantamento topográfico, se era o empreiteiro, provavelmente, e nunca tivemos esse relatório. O senhor Oliveira sabe que há a obrigação de a Câmara responder às perguntas da Assembleia Municipal. Essa pergunta foi feita e nunca obtivemos resposta. E em relação ao parque escolar, que foi recalendarizado e que, com toda a franqueza, nunca vi uma obra que tivesse corrido tão mal, em termos de prazos, como aquela correu e nós avisámos que ia correr mal e pedimos, mais uma vez, explicações e nunca nos foram fornecidas explicações. De cada vez que nós pedíamos um relatório eram-nos enviadas umas folhas que nem timbradas estavam, nem assinadas estavam, e que não nos permitia, sequer, saber o que efetivamente tinha acontecido. Portanto, quando, ainda há pouco, se critica aqui a informação escrita da atual Câmara por ter excesso de informação, quando a anterior Câmara aquilo que não dava era informação absolutamente nenhuma no início, e que depois, graças à nossa insistência, e por isso é que, de vez em quando, houve parabéns à Câmara anterior quando melhorava a informação escrita. Portanto, se há algum exemplo de respeito pela oposição, nesta altura, foi dado pela atual Câmara que, não só tem respondido às informações escritas, e qualquer pessoa tem acesso a essa resposta, basta ir à correspondência, que consta do e-mail que todos nós recebemos com a Ordem de Trabalhos, como a informação escrita melhorou de forma absolutamente contrastante com a informação escrita que tínhamos antes, como, para além do mais, pela primeira vez, temos este relatório. A melhoria é, de tal forma, significativa que é merecedora de elogio e não de reparos porque o senhor João Oliveira foi comparar com outras câmaras porque, evidentemente, nunca houve um relatório em Sever para poder

comparar e isso é que o devia preocupar porque o relatório é obrigatório por lei. Muito obrigado.----------
João Oliveira pediu a palavra ao **Presidente da Assembleia Municipal** para poder intervir em defesa da honra.----------
O **Presidente da Assembleia Municipal** perguntou qual tinha sido a ofensa à sua honra.---
João Oliveira respondeu ser pelo facto de como António Monteiro se tinha dirigido a si.--
O **Presidente da Assembleia Municipal** afirmou ter estado atento à intervenção e que não tinha constatado nenhuma ofensa, pelo que não lhe iria conceder a palavra. Pediu que não confundisse retórica política com ofensa à honra. Não havendo mais inscrições, o senhor Presidente da Câmara quer fazer algum comentário sobre as observações que foram feitas?
Presidente da Câmara Municipal – Muito bem, senhor Presidente. Muito obrigado. De facto, senhor João Oliveira, foi uma maldade o que lhe fizeram porque, efetivamente, o senhor não esteve aqui e não apreciou tudo o que se passou durante quatro anos.----------
O **Presidente da Assembleia Municipal** interrompeu a intervenção do Presidente da Câmara Municipal para pedir que os membros se abstivessem de dialogar, sendo que, quando estivessem no uso da palavra poderiam falar livremente.----------
Presidente da Câmara Municipal – Durante quatro anos eram feitas, centenas de vezes, as mesmas perguntas que nunca eram respondidas. Eu lembro-me, no primeiro orçamento que foi apresentado, ainda eu não sabia o que era o Estatuto de Direito de Oposição, eu e o meu colega, na altura, Paulo César Martins, apresentamos quarenta propostas para o orçamento. Dessas quarenta propostas aceitaram zero e quando nós pedimos para constar como declaração de voto o senhor Presidente da Câmara, na altura, recusou-se a que constasse como declaração de voto e era com isto que nós tínhamos que lidar. A questão do relatório do Ecocentro foi perguntada em todas as assembleias municipais e, até hoje, não há resposta. Eu já sei qual é a conclusão. A questão do Centro Escolar é a mesma coisa. Havia dezenas de perguntas que eram repetidas vezes feitas e que nunca eram respondidas. Sobre o facto de ser demasiado sucinto, tenho a certeza que, mesmo assim, o senhor Jorge Graça, se fosse ele a comentar, mas ele desta vez não quis, certamente diria que era demasiado extenso. De facto, somos presos por ter cão e por não ter. Nós demos o nosso melhor neste relatório. Certamente podemos melhorá-lo. Vamos, com certeza, melhorá-lo, mas há uma coisa que eu tenho a certeza. É seguramente melhor do que o vosso relatório da oposição porque o vosso relatório da oposição não existia porque vocês não respeitavam nada. Para vocês a lei era uma coisa que não existia. Sobre a questão que me colocou, efetivamente, trata-se de um pedido do senhor vereador António Coutinho que tem a ver com um subsídio de reintegração daquelas leis que não fazem sentido nenhum, na minha opinião, que são uma vergonha, mas mostra bem a forma como se está na política e não queria muito alongar-me sobre isto. Foi pedido um parecer à CCDR e, naturalmente, o parecer que vier da CCDR será integralmente respeitado. Muito obrigado.
O vereador **António Coutinho** pediu ao **Presidente da Assembleia Municipal** para fazer uso da palavra.----------
O **Presidente da Assembleia Municipal** não concedeu a palavra ao vereador António Coutinho e explicou que teria o direito de usar da palavra se o plenário ou o Presidente da Câmara Municipal assim o entendesse.----------
----------**4 – Período Destinado ao Público**----------
Álvaro de Pinho Duarte – Senhor Presidente da Assembleia e respetiva Mesa, senhor Presidente da Câmara e respetivos vereadores, senhores deputados municipais, imprensa aqui presente e público aqui presente. Em primeiro lugar, queria agradecer a quem tomou esta iniciativa desta assembleia se realizar nesta freguesia de Paradela. É uma decisão que louvo e gostava de ver repetidas nas outras freguesias. Eu só queria apresentar três ou quatro pontos que já foram aqui apresentados pelos elementos nesta assembleia, da freguesia de Paradela e de Cedrim, mas só queria avivar esses problemas que eu penso são muito importantes para a nossa freguesia. Primeiro, gostava que o senhor Presidente da Câmara e os senhores vereadores pensassem no aproveitamento turístico da ribeira de

Carrazedo e na recuperação dos respetivos moinhos. Isto fala-se há muito tempo, mas nunca ninguém tomou a iniciativa. Já o transmiti, em tempos, ao senhor Presidente e gostava que isso fosse tratado. Em segundo lugar, penso que já foi aqui falado sobre a E.N. 328-1, mas eu estava lá atrás e eu não ouvi muito do que debateram. Acho que é tempo do IP tratar da marcação da estrada, da sinalização, nomeadamente a colocação daqueles mecos centrais. Esta estrada é muito perigosa e poderá haver acidentes. Penso que as pessoas excedem muito a velocidade nesta estrada e uma das situações que se devia ter em atenção era a construção de uma rotunda em Penouços, nomeadamente no corte para a zona industrial e para Penouços. Tem espaço e era fácil de fazer. Deixo esta sugestão. Depois disso, também um assunto que eu já apresentei, pessoalmente, ao senhor Presidente da Câmara, que é a ligação entre Paradela e Cedrim. Fazendo parte da mesma união de freguesias, não se justifica que tenhamos uma estrada em tão mau estado. Esta estrada que passa da Recochina até ao Porto Moinho está uma vergonha. Eu sugeria que vocês passassem por lá agora. Eu acho que, já que há esta união de freguesias, devia haver uma ligação de acesso às duas freguesias que fosse qualquer coisa que não nos envergonhasse. Para último, gostava, também, de chamar a atenção para a praia fluvial da Quinta do Barco. É evidente que há transmissibilidades a tratar, mas eu vejo muita gente que vem cá e que chega ali e bate com as bentas deles no portão fechado. Devia-se tratar disso com a maior urgência. Para terminar, penso que Paradela é a única freguesia de Sever do Vouga que não tem um multibanco. Sugeria que esse multibanco ficasse no Vougapark. Acho que era perfeitamente viável. É uma sugestão que eu dava à Câmara ou à Junta de Freguesia de Paradela para ver se podem tratar dessa situação. Muito obrigado.-
O **Presidente da Assembleia Municipal** perguntou se o Presidente da Câmara Municipal queria usar da palavra para responder às questões.----------
Presidente da Câmara Municipal – Sim, penso que depois será feita uma intervenção por escrito, mas, muito rapidamente, na E.N. 328 iniciarão as obras de pintura de sinalização horizontal e vertical na próxima segunda-feira. A estrada da Recochina, já vamos avançar com o procedimento para a pavimentação. Quanto à praia fluvial, o concessionário entregou a praia fluvial há pouco tempo. Nós procedemos a algumas obras de reparação nas casas de banho e nas churrasqueiras. Vamos fazer as limpezas, já montamos a piscina e iremos abrir agora o procedimento, já contratamos os nadadores-salvadores para que a praia possa abrir o mais depressa possível e prevemos que a praia abra no dia 1 de julho. A opção de encerrar a praia porque ela, de facto, estava em muito más condições e, para além disso, tinha a ver com questões de segurança. Temos visto, nos últimos dias, uma série de mortes em zonas ribeiras e esse é um assunto com o qual não lido bem e foi opção minha encerrar a praia fluvial até ter o mínimo de condições de segurança e de qualidade. Aproveito para dizer que submetemos uma candidatura, de cinquenta mil euros, há alguns meses, para a rearborização da praia fluvial. Foi aprovada na totalidade e vamos poder realizar uma série de obras na praia fluvial e devolver-lhe algumas das condições que já teve em tempos. A praia será, certamente, novamente um orgulho para os Severenses ter uma praia em boas condições.----------
Dirigindo-se ao Presidente da Câmara Municipal, o **Presidente da Assembleia Municipal** disse crer que faltava pronunciar-se sobre a ribeira de Carrazedo.----------
Presidente da Câmara Municipal – A ribeira de Carrazedo já tive oportunidade de visitar, nomeadamente quando passou aqui o Vouga Trail. De facto, tem potencialidades fantásticas, vamos ver se poderemos avançar por aí, mas nós, nesta fase, a prioridade é, de facto, restabelecer as infraestruturas já existentes, dar-lhes condições dignas e de receção aos turistas para depois podermos avançar para novas infraestruturas.----------
Presidente da Assembleia Municipal – queria só deixar um alerta para os serviços do Município, e esqueci-me de o dizer há pouco, mas penso que saberão disso, relativamente ao Estatuto de Direito de Oposição que implica a sua publicação no boletim municipal e no sítio da internet.----------

Nada mais havendo a tratar, deu-se como concluída esta sessão, cuja ata em minuta foi aprovada, por unanimidade, no final, para produzir efeitos de imediato, tendo sido elaborada a presente ata, que vai ser assinada pelo Presidente deste órgão e por mim, Luís Figueiredo Martins, funcionário designado para o efeito, que a redigi.----------